

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico - CSE  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

Luis Paulo Vinatea Barberena

**Dotação de Fatores no Brasil como Determinante para a  
Consolidação de Direitos de Propriedade no Período 1500-1940**

Florianópolis, 2018

**Luis Paulo Vinatea Barberena**

**Dotação de Fatores no Brasil como Determinante para a Consolidação de  
Direitos de Propriedade no Período 1500-1940**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório  
para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador (a): Prof. Dr. Michele Romanello**

Florianópolis, 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Luis Paulo Vinatea Barberena na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. *Michele Romanello*

-----  
Prof. *Eva Yamila Amanda da Silva Catela*

-----  
Prof. *Luís Eduardo Nunes*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelo apoio, e em especial meu pai por servir de inspiração acadêmica. Aos amigos que participam do meu convívio universitário. Aos meus professores pelo conhecimento recebido. Ao meu orientador pela dedicação. À banca examinadora pela oportunidade. Obrigado!



## RESUMO

O presente trabalho objetiva identificar em que medida a dotação de fatores do Brasil, baseada no clima, relevo e densidade populacional, influenciou a estratégia de colonização no território brasileiro levada a cabo no período da expansão européia. Busca-se também encontrar como tal estratégia de colonização exerceu influência sobre o tipo de instituições desenvolvidas na época e como evoluíram até 1940. A investigação pretendida segue uma abordagem dedutiva, pois parte-se de premissas gerais sobre a influência da expansão européia nas instituições de suas ex-colônias, para chegar a conclusões particulares sobre o Brasil, corroborando as premissas assumidas ex-ante. A pesquisa ampara-se no Método Histórico, buscando realizar uma revisão bibliográfica por meio da compilação de trechos da historiografia econômica clássica do Brasil e artigos acadêmicos que contém evidências relevantes para os objetivos desta pesquisa. Foi possível identificar um padrão de colonização no Brasil comum à maioria das ex-colônias européias de clima tropical e baixa densidade populacional, objetivando a exportação de produtos agrícolas em larga escala, com plantações extensivas e mão de obra escrava. Consequentemente, as instituições criadas na época serviam especificamente para viabilizar tal tipo de economia. A persistência de tais instituições dificultou a segurança de direitos de propriedade, pelo menos até 1940.

**Palavras-Chave:** Dotação de Fatores, Estratégia de Colonização, Direitos de Propriedade.

## **ABSTRACT**

This research's aim is to determine in which matter factor endowments in Brazil, based on climate, altitude and population density have influenced the country's colonization strategy during the European expansion era. It is desired to find, in the sequence, how this colonization strategy has materialized itself onto early property rights institutions in Brazil and how they evolved until 1940. This investigation follows a deductive approach, starting from general knowledge about the influence of colonization strategies on institutions to find particular conclusions about Brazil, in a corroborative-based attempt. The research's procedure is through the Historical Method, working by a bibliographical revision through the compilation of parts of articles and books about the history of Brazil, that may contain relevant evidence for the purposes of this research. It has been possible to identify a common colonization pattern in Brazil, alike other colonies with tropical climate and low population density, with the purposes of creating a export-oriented economy, of tropical crops, with the use of extensive plantations and African slave labor. Because of this, the institutions created at the time enabled the functioning of that type of economy, with a pattern of persistence through time, at least until 1940, contributing to create difficulties for the security of property rights.

**Keywords:** Factor Endowments, Colonization Strategy, Property Rights.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	10
1.1. OBJETIVOS	14
1.1.1. Objetivo Geral	14
1.1.2. Objetivos Específicos	15
1.1.3. Justificativa	15
<b>2. METODOLOGIA</b>	16
<b>3. LITERATURA EMPÍRICA SOBRE INSTITUIÇÕES</b>	17
<b>4. ESTRATÉGIA DE COLONIZAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO</b>	23
4.1. DOTAÇÃO DE FATORES NA AMÉRICA TROPICAL E BRASIL	23
4.1.1. Aspectos Geográficos do Brasil	23
4.1.2. Mortalidade Colonial	25
4.1.3. Ocupação nos Trópicos e no Brasil	28
4.2. PADRÃO DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA (1500-1822)	30
4.2.1. Aspectos da Economia Açucareira	30
4.2.2. Surgimento da Economia de Subsistência e Pecuária	32
4.2.4. Aspectos da Economia Mineradora	37
4.3. PADRÃO DE COLONIZAÇÃO DURANTE O BRASIL IMPÉRIO E ECONOMIA CAFEEIRA (1822-1930)	39
4.3.1. Pré-Independência (1808-1822)	39
4.3.2. Brasil Império (1822-1889)	41
<b>5. EVOLUÇÃO DO QUADRO INSTITUCIONAL BRASILEIRO: DIREITOS DE PROPRIEDADE</b>	46
5.1. DISTRIBUIÇÃO DA TERRA, PODER POLÍTICO DAS ELITES E CONFLITOS	46
5.1.1. Senhores de Engenho e Lavradores	46
5.1.2. Sesmarias e Posses no Brasil Império	51
5.1.3. O Caso da St. John d'el Rey Mining Company	53
5.1.4. Expansão do Sufrágio e Surgimento do Coronelismo	56
5.2. LIMITES À AÇÃO DO ESTADO E INCAPACIDADE GERENCIAL	59
5.2.1. Economia do Açúcar	59
5.2.2. Ciclo da Mineração	60
5.2.3. Período Imperial	66



5.3. DISPONIBILIDADE DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E MERCADOS DE CAPITAIS .....	69
5.3.1 Provisão de Liquidez .....	69
5.3.2 Mercado de Títulos da Dívida Pública Brasileira.....	73
5.3.3 Consolidação do Mercado Financeiro no Brasil e Consequências para a Industrialização .....	75
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
<b>7. REFERENCIAS .....</b>	<b>85</b>

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com Pritchett (1997), durante o século XIX, a renda dos países “menos desenvolvidos” tem se mantido muito atrás daquela dos países considerados “desenvolvidos” tanto em termos relativos como absolutos.

Países divergem quanto ao seu sucesso econômico por causa de suas diferentes instituições; estas ditam como deve funcionar uma economia e englobam o conjunto de incentivos que condicionam os indivíduos a se engajar em interações econômicas (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012; NORTH, 1991).

Nos anos 1700, estima-se que a renda per capita do México era praticamente igual à das Colônias Britânicas que viriam a tornar-se, posteriormente, os Estados Unidos. Cuba e Barbados possuíam, estimadamente, rendas per capita 50 e 67 por cento mais altas, respectivamente, que à dos Estados Unidos (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2000). Haiti era a sociedade mais rica do mundo em termos de renda per capita em 1790 (ELTIS, 1997).

As explicações sobre as diferenças nas taxas de crescimento de longo prazo têm enfatizado as diferenças institucionais entre os países analisados, abrangendo a segurança de direitos de propriedade e leis contratuais, prevalência de corrupção, estrutura do setor financeiro, investimentos em infra estrutura pública e capital social, assim como condicionantes ao desejo de trabalhar duro e ser empreendedor (ENGERMAN; SOKOLOFF, op. cit.).

Segundo Acemoglu e Robinson (2012), instituições econômicas inclusivas permitem e incentivam a participação da população em atividades econômicas que melhor exploram seus talentos e habilidades e que proporcionam aos indivíduos a possibilidade de fazer as escolhas que desejam. Estimulam o dinamismo econômico, o crescimento da produtividade e a prosperidade econômica. Devem basear-se na defesa de direitos de propriedade, em um sistema jurídico não viesado e um fornecimento adequado de serviços públicos capaz de providenciar um cenário favorável à trocas e contratos entre indivíduos. No caso oposto, há instituições econômicas extrativas, projetadas para subtrair renda e riqueza de uma camada da sociedade para beneficiar uma outra camada. Estas são instauradas a partir de instituições políticas, refletindo a vontade de grupos com grande influência em economias onde a distribuição de poder é

desigual, e este, irrestrito. Em contraste, quando a distribuição de poder é ampla, e este, é sujeito a restrições, tem-se uma sociedade pluralista, gerando por sua vez, em conjunto com um estado suficientemente centralizado, instituições econômicas inclusivas.

De acordo com Levine (2005), é crucial para o bem-estar social e o desenvolvimento econômico o grau em que um conjunto de medidas, um sistema legal e político, assim como as normas informais que definem e protegem direitos de propriedade, aplicam a lei igualmente a todos e limitam a interferência governamental em contratos privados. Assim sendo, a segurança dos direitos de propriedade não surge naturalmente, mas é o resultado de políticas escolhidas e do arranjo institucional existente, e está relacionada à forma como a propriedade privada é distribuída no local.

No passado, o governo de cada colônia ou nação tinha legitimidade como dono da terra pública. Assim sendo, exerceu influência política sobre a distribuição de riqueza ditando o ritmo de assentamento na terra, controlando sua disponibilidade, estabelecendo preços, tamanho máximo e mínimo e pela elaboração de sistemas tributários. Países como Argentina e o Brasil tiveram menos sucesso que os Estados Unidos e o Canadá em conferir porções de terra à pequenos proprietários (ENGERMAN; SOKOLOFF, op. cit.).

Fatores que influenciaram a distribuição de riqueza e pessoas em etapas iniciais da colonização incluem diferenças referentes à geografia, presença de doenças, recursos minerais ou cultiváveis, assim como a existência de uma população indígena no local. Tais elementos ditavam o rumo da colonização européia quanto à opção por estabelecer “colônias extrativas”, por natureza desiguais e presentes em locais inabitáveis e/ou aonde era possível o cultivo por meio de grandes plantações ou extração mineral em grande escala. Analogamente, “colônias de assentamento” eram mais igualitárias, receberam grande fluxo migratório de europeus e possibilitaram o cultivo da terra em pequena escala (LEVINE, 2005).

A análise sob a visão da dotação de fatores, como especificada por Engerman e Sokoloff (2000), trata de explicar como ambientes extremamente diferentes entre as colônias estabelecidas pelos europeus podem ter originado sociedades com grandes diferenças em termos de desigualdade, e como essas diferenças podem ter persistido ao longo do tempo e afetado o curso do desenvolvimento pelo seu impacto nas instituições que ali emergiram. Cerca de 60% dos mais de 6 milhões de indivíduos que migraram

para o Novo Mundo desde 1500 à 1800 eram africanos trazidos como escravos. A proeminência de escravos, assim como seu aumento ao longo do tempo em proporção ao total de migrantes indo para as colônias de Portugal, França, Holanda, Colônias Inglesas das Índias Ocidentais e Sul dos Estados Unidos, reflete a especialização no Novo Mundo sobre a produção de açúcar, café e outros cultivos para o mercado mundial. Colônias de cultivo atraíam grande número de mão-de-obra escrava devido ao clima e fertilidade dos solos, que tornava a plantação de tais commodities algo extremamente lucrativo, assim como proporcionava enormes economias de escala advindas da especialização nestes setores. Economias especializadas em bens cultiváveis e que dependiam do extensivo uso de escravos, possuíam as rendas per capita mais altas do Novo Mundo. Entre elas: Barbados, Cuba, Jamaica e Brasil. Suas economias vieram a ser dominadas por enormes plantações e suas populações, pela ancestralidade africana. A maior eficiência das plantações muito grandes e a enorme fração das populações que veio a ser de escravos africanos, fez com que a distribuição de riqueza e capital humano seja extremamente desigual. Mesmo entre a população livre, verificava-se maior desigualdade nestas economias do que nas Colônias Britânicas do Norte da América.

Fatores de dotação na América espanhola se traduziam em sua riqueza mineral e abundante mão de obra nativa como nas colônias do México e do Peru. A coroa espanhola, ao conquistar tais territórios, distribuiu enormes lotes de terra a poucos privilegiados, com direito, inclusive de cobrar taxas de comunidades indígenas em seu redor. Criam-se assim minas e latifúndios de larga escala, dando às famílias pertencentes a elite, o poder de atuar como representantes do governo espanhol, no meio rural. A dominância estável e persistente das elites também estava condicionada pelas políticas anti migratórias estabelecidas pela coroa espanhola e pelos restritos critérios para se exercer a cidadania, principalmente por meio do voto, que era privilégio apenas dos proprietários de terra. As colônias espanholas, eram similares às colônias de cultivo, no sentido de gerar desigualdades quanto à distribuição de riqueza, capital humano e poder político, e no sentido de terem elites muito pequenas e distintas à maioria da população. Em contraste, as colônias britânicas do norte da América, que viriam a se tornar posteriormente os Estados Unidos, careciam dos fatores de dotação da América Tropical como: presença de mão de obra abundante nativa ou clima e solo favoráveis ao cultivo de gêneros exportáveis em larga escala, capazes de gerar vantagem comparativa

na criação de economias especializadas. Seu desenvolvimento foi baseado no trabalho advindo de migrantes europeus que tinham níveis relativamente altos e similares de capital humano. A população destas colônias era em grande parte homogênea se comparada às economias de cultivo no sul, ou às colônias de extração de minérios na América espanhola. Não encontravam-se nestas terras, vantagens para grandes produtores rurais, fazendo com que a grande maioria da população fosse capaz de empreender como pequenos proprietários de terra (ENGERMAN; SOKOLOFF, op. cit.).

Ainda, segundo Engerman e Sokoloff (2000), o sucesso econômico de longo prazo das elites que comandavam as plantações, assim como sua estabilidade, estava condicionado pela sua influência política desproporcionalmente excessiva. Sociedades que iniciaram com extrema desigualdade, permitiram que elites estabeleçam um aparato legal que lhes atribua frações desproporcionalmente grandes de poder político ao longo do tempo. Por sua vez, o uso dessa maior influência para estabelecer regras, leis e políticas governamentais que trouxessem benefícios para membros da elite em detrimento dos não membros, restringindo oportunidades à grande maioria da população de participar inteiramente na economia comercial mesmo após a abolição da escravidão, teve como consequência a perpetuação dos grandes níveis de desigualdade ali presentes.

Dentro do Brasil também é possível identificar diferenças em indicadores econômicos entre regiões. Segundo Azzoni (1997), no ano 1995, o PIB per capita de São Paulo era pouco mais de cinco vezes superior ao do Piauí. Menezes-Filho, et al. (2006) apontam que apesar de existir um corpo legal comum entre as regiões brasileiras desde a colonização, as instituições informais variaram entre os estados. Estes autores observaram uma correlação entre o produto per capita e a qualidade das instituições de hoje nos diversos estados do Brasil de 0,69. Estas instituições são consideradas endógenas pois de acordo com o estudo, derivam da própria trajetória de desenvolvimento das regiões, e aponta-se para uma mudança nas instituições informais como causa para a retração do Nordeste, área de maior riqueza no início da história do Brasil, em relação ao Sudeste, invertendo a ordem.

Tal fato verifica-se em Herrlein Jr. (2004) quem argumenta que no Rio Grande do Sul, devido à expressiva imigração européia, reproduziu-se de forma ampliada uma economia agropecuária colonial, assentada na pequena propriedade e na mão-de-obra

familiar, gerando excedentes agrícolas comercializados no mercado regional e depois nacional. No Nordeste, de maneira diferente, como explica Furtado (1959), predominava a economia açucareira no início da colonização, onde empregava-se mão de obra escrava e aonde o empresário, pelo tipo de cultivo que requeria o açúcar, necessitava sempre operar em grande escala, originando a agricultura extensiva.

## 1.1. OBJETIVOS

É pertinente investigar como a historiografia brasileira se adapta às investigações empíricas trazidas pelos diversos autores, trazendo suporte teórico sobre a constituição da economia do Brasil, no que tange à estratégia de colonização e sua influência sobre a consolidação do aparato institucional brasileiro. No restante deste capítulo, serão destacados os objetivos e a justificativa desta pesquisa. No capítulo 2, é apresentado a metodologia empregada neste trabalho. No capítulo 3, é feita uma breve revisão da literatura empírica internacional que aborda a temática das instituições. No capítulo 4, são recopilados dados sobre a dotação de fatores do Brasil na época de sua colonização, bem como estimativas sobre mortalidade colonial e traçando-se os tipos de economias desenvolvidas em cada região até o fim da velha república. No capítulo 5, busca-se avaliar o tipo de regime institucional desenvolvido na colonização brasileira, dando ênfase à consolidação de direitos de propriedade no que tange à distribuição da terra, poder político exercido pelo estado e pelas elites, assim como o estudo de fatores que propiciaram o desenvolvimento do mercado financeiro do Brasil.

### 1.1.1. Objetivo Geral

Contribuir para a análise histórica do desenvolvimento econômico brasileiro, ampliando o conhecimento acerca dos diversos fatores durante o período colonial e seus desdobramentos até o século XX, que propiciaram a posição do país como subdesenvolvido atualmente, tendo como base os trabalhos empíricos da escola da Nova Economia Institucional (NEI).

### 1.1.2. Objetivos Específicos

- a) Obter informação quanto à dotação de fatores no Brasil na época de sua colonização.
- b) Identificar a estratégia de colonização no Brasil, quanto ao fato dela ter caráter extrativo ou ocupativo e como tal estratégia se materializou nas instituições antigas referentes aos direitos de propriedade.
- c) Encontrar um padrão institucional no Brasil por meio da análise da evolução das instituições coloniais até 1940.

### 1.1.3. Justificativa

A correta identificação das causas do atraso econômico no Brasil, permite a elaboração de estratégias para sua superação. Ao verificar disfunções nas instituições brasileiras, como encontradas nos trabalhos empíricos citados, encontra-se margem de política pública para se alcançar o desenvolvimento econômico pela via institucional.

## **2. METODOLOGIA**

O trabalho segue uma linha de raciocínio dedutivo, pois como define Lakatos e Marconi (2007), parte-se de premissas gerais, para chegar a conclusões particulares, como destacado nos objetivos desta pesquisa. Por exemplo, para entender a origem específica do regime institucional atual brasileiro, parte-se da presunção ampla de que sua explicação se encontra na estratégia de colonização empreendida na época da expansão européia. Opta-se por corroborar ilustrativamente a literatura empírica sobre instituições utilizando como procedimento o Método Histórico da maneira como o define Lakatos e Marconi (2007). Desta forma, estuda-se por meio de uma revisão bibliográfica: coleta-se relatos e dados históricos necessários para definir, na riqueza de detalhes, as instituições do passado e como estas foram evoluindo em seu contexto histórico, político e cultural de maneira a moldar as instituições atuais.

Para dar amplitude à temática sobre a consolidação de direitos de propriedade no Brasil, influenciada especificamente pela dotação de fatores na colonização, a pesquisa busca compilar parte de trabalhos e publicações históricas que individualmente abordam o tema de maneira restrita ou incompleta. Desta maneira, é possível reunir informações seguindo a linha de raciocínio pautada por este trabalho.



### 3. LITERATURA EMPÍRICA SOBRE INSTITUIÇÕES

Uma das principais contribuições ao debate atual na ciência econômica sobre a importância das instituições foi dada por North (1991). Este autor define as instituições como sendo o conjunto de incentivos que condicionam os indivíduos a se engajar em interações políticas, sociais e econômicas. Consistem tanto em restrições informais de comportamento como códigos de conduta, tabus, tradições e costumes, quanto em restrições formais previstas na lei, nos direitos de propriedade e nas constituições.

Ao longo da história, instituições desempenharam papel de criar ordem e reduzir a incerteza das transações econômicas. Engajar em trocas requer o esforço cooperativo de indivíduos maximizadores de utilidade; este será mais recorrente quanto mais completa for a informação que um indivíduo possui do outro. A medida que as economias foram se tornando mais complexas, em especial com o avanço do comércio de larga distância, as instituições e o enforcement de contratos se tornaram cruciais para determinar custos de transação. Em termos de teoria dos jogos, um bom ambiente institucional incrementa o benefício de buscar soluções cooperativas e amplia os custos de desvio. Desta maneira, instituições reduzem custos de transação e permitem os ganhos advindos da troca, especialização e divisão do trabalho (NORTH, op. cit.).

North (op. cit.) ainda argumenta que a história econômica conta com inúmeros casos de economias que não foram capazes de criar ambientes institucionais eficientes e por sua vez, não obtiveram crescimento de longo prazo sustentado. Não obstante, há um problema de causalidade reversa, pois torna-se difícil determinar se boas instituições facilitaram o crescimento econômico ou se foi o crescimento econômico que levou à uma estrutura institucional eficiente. Para lidar com o problema da endogeneidade, a literatura empírica *cross-country* buscou estudar a experiência histórica das ex-colônias européias. O fato de algumas terem prosperado e outras não, fornece um bom arcabouço de evidências sobre o papel das instituições em seu desenvolvimento. A literatura tem buscado a origem das instituições em determinado país com base, por exemplo, na dotação de fatores na época da colonização, mortalidade de colonos, e origem legal do conjunto de normas de determinado país (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2000; ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001; EASTERLY; LEVINE, 2002; HALL; JONES, 1999; LA PORTA; et al, 1997).

De acordo com Engerman e Sokoloff (op. cit.), fatores de dotação como clima, temperatura, relevo, precipitação e população nativa, influenciaram o tipo de colonização empreendida em tal território. Identificaram-se colônias de extração em regiões ricas em recursos naturais, solos férteis ou presença abundante de mão de obra que iniciaram com amplos níveis de desigualdade e divisão social. Tal contexto permitiu o surgimento de instituições que viabilizaram o funcionamento da economia sob estas estruturas políticas. Em casos opostos, identificaram-se colônias ocupativas, aonde a falta de fatores propícios para explorar recursos, forçou o desenvolvimento de tais territórios por meio do trabalho de imigrantes europeus, tendendo a criar instituições mais afins às de seus países de origem. Os autores argumentam que os cenários iniciais de desigualdade tenderam a se perpetuar ao longo do tempo por meio das instituições que beneficiavam os grupos favorecidos nas colônias extrativas, culminando nas ex-colônias européias subdesenvolvidas da atualidade.

Em Acemoglu, Johnson e Robinson (op. cit.), analogamente, estabelece-se que a mortalidade experimentada pelos colonos europeus nos locais onde se assentariam, ditaria a estratégia de colonização do território. Desta forma, lugares hostis à vida humana, normalmente de clima tropical e com presença de doenças, condicionaram o estabelecimento de colônias extrativas, como as encabeçadas na América tropical e na África. Tais colônias possuíam um arranjo institucional específico e distinto do país de origem dos colonizadores. Em lugares propícios à vida humana, optou-se por estabelecer colônias de ocupação, de maneira que seus habitantes tenderam a replicar as instituições de seus países de origem. Os autores encontram uma relação direta entre a mortalidade do território, a qual, por sua vez, influencia a estratégia de colonização empreendida. A mesma guarda relação com as primeiras instituições desenhadas no local que influenciam às instituições de hoje. O enfoque defendido por estes autores sugere que países com maior mortalidade colonial na época de sua fundação, possuem hoje maior probabilidade de expropriar investimentos estrangeiros.

Tabela 1: Taxa de mortalidade colonial estimada para cada país e sua relação com PIB per capita em 1995 e proteção média contra expropriação de 1985 à 1995.

Ex-Colônia	Proteção Média contra o Risco de Exproprieção entre 1985 e 1995	Mortalidade Colonial Estimada
África do Sul	6.86	15.5
Angola	5.36	280
Argentina	6.39	68.9
Australia	9.32	8.55
Brasil	7.91	71
Burkina Faso	4.45	280
Camarões	6.45	280
Canadá	9.73	16.1
Colômbia	7.32	71
Congo	4.68	240
Egito	6.77	67.8
El Salvador	5.00	78.1
Estados Unidos	10	15
Haiti	3.73	130
Índia	8.27	48.63
Madagascar	4.45	536.04
Malásia	7.95	17.7
México	7.50	71
Nova Zelândia	9.73	8.55
Paraguai	6.95	78.1
Peru	5.77	71
Serra Leoa	5.82	483
Uganda	4.45	280
Uruguai	7	71

Fonte: Acemoglu, Johnson e Robinson (2001)

De acordo com as estimativas destes autores, como consta na Tabela 1, o Brasil apresentava uma taxa de mortalidade colonial de 71 a cada 1000, e um coeficiente de proteção contra expropriação de 7,91. Países com taxas similares incluem Colômbia, México e Uruguai. Em contraste, países como Estados Unidos e Canadá, possuíam taxas de mortalidade próximas a 15 por 1000 e um grau de proteção próximo à 10,00.

Similarmente, países como Angola, Burkina Faso, Camarões e Uganda possuíam taxas de mortalidade de 280 a cada 1000 e um grau de proteção próximo a 5,00

Segundo La Porta, et al. (op. cit.), países com piores proteções à investidores, possuem mercados financeiros de menor volume. A proteção à investidores por sua vez, encontra-se relacionada com a origem da tradição legal do país. Os autores encontram que países com origem legal francesa, ou seja, adotantes da *civil law*, possuem piores proteções à investidores e mercados de capitais pouco desenvolvidos se comparados com países de origem legal inglesa, adotantes da *common law*.

Entretanto, Acemoglu e Johnson (2005), na tentativa de separar os efeitos econômicos de instituições referentes às leis contratuais das referentes aos direitos de propriedade, encontram uma relação direta entre a origem legal do país e suas instituições contratuais, enquanto que a estratégia de colonização guarda maior relação com instituições referentes aos direitos de propriedade. Argumenta-se que as instituições contratuais possuem papel regulador entre transações privadas; enforçam relações entre credores e devedores e impedem o desvio de contratos. Más instituições contratuais podem ser esquivadas alterando a relação dos contratos, elevando taxas de juro para empréstimo, por exemplo. Em contraste, instituições referentes à direitos de propriedade estão mais ligadas à relação entre indivíduos e o poder político das elites e do Estado, reduzindo o risco de expropriação por parte dos detentores do poder. Pelo fato do aparato governamental possuir o monopólio da força, os indivíduos não possuem recursos para esquivar tal ambiente. Portanto, os autores apontam que enquanto instituições contratuais tem maior efeito sobre o tipo de intermediação financeira desenvolvida em um país, instituições de direitos de propriedade influenciam majoritariamente o crescimento de longo prazo, os investimentos e o desenvolvimento financeiro.

Diferenças institucionais também podem ser verificadas dentro de um país. Banerjee e Iyer (2005), analisando a colonização inglesa na Índia, verificam que áreas onde foram cedidos direitos de propriedade à pequenos cultivadores tiveram melhor desempenho econômico em relação às zonas onde tais direitos foram cedidos à grandes proprietários. Similarmente, Jimeno (2005) encontra que instituições coloniais, como a presença de da *encomienda*, escravidão ou presença estatal em determinada região da Colômbia, reflete em diferenças quanto à indicadores sócioeconômicos. Ainda, Berkowitz e Clay (2004) investigaram o desempenho dos Estados americanos que

foram colônias francesas, espanholas ou parte do México, que adotavam a *civil law*, antes da independência dos Estados Unidos. Os autores encontram diferenças entre o desempenho institucional de tais estados, em relação aos da colonização original inglesa que adotaram a *common law* desde o princípio.

Naritomi (2007) encontra que os municípios afetados pelo ciclo do açúcar e o ciclo do ouro durante a colonização do Brasil, observados na Figura 1, apresentam hoje pior desempenho institucional em relação aos demais municípios. Similarmente, Menezes-Filho, et al. (2006) demonstra existir uma relação entre proporção de estrangeiros no Brasil em 1920 com a qualidade institucional atual dos estados, como visto na Figura 2 Logo, é necessário investigar na historiografia brasileira, as origens do poder político das elites e do Estado engendradas durante a colonização do Brasil, para definir como as instituições de propriedade se consolidaram no Brasil até 1940.

Figura 1: Municípios Afetados pelo Ciclo do Açúcar e pelo Ciclo do Ouro



Fonte: Naritomi (2007)

Figura 2: Correlação entre a proporção de estrangeiros em 1920 e a qualidade das instituições de hoje nos diversos estados do Brasil.



Fonte: Menezes-Filho, et al. (2006)

#### **4. ESTRATÉGIA DE COLONIZAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Para analisar o tipo de colonização empreendida no Brasil, que é o objetivo deste capítulo, faz-se necessário, na primeira seção, estudar a dotação de fatores em seu território. Tal aspecto, de acordo com a literatura empírica levantada, pode ter influenciado fortemente a visão que os colonizadores tinham sobre o Brasil, referente à sua função como uma nova terra para viver, ou como uma fonte de riquezas à serem extraídas. Nas seguintes seções são estudados os aspectos da ocupação efetiva no Brasil durante seu período Colonial, Imperial e durante a gestação da Economia Cafeteira, adentrando o período da Velha República.

##### **4.1. DOTAÇÃO DE FATORES NA AMÉRICA TROPICAL E BRASIL**

Nesta seção estuda-se a dotação de fatores no Brasil, trazendo aspectos sobre seu relevo, vegetação, bacias hidrográficas, limites territoriais, clima e densidade populacional. Opta-se também por incorporar as estimativas sobre mortalidade colonial na América Latina por entender que seus indicadores estão intimamente ligados à dotação de fatores no Brasil. Por fim, analisa-se a primeira forma de ocupação no território brasileiro.

###### **4.1.1. Aspectos Geográficos do Brasil**

O Brasil se constitui como uma ampla massa territorial limitada orientalmente por uma extensão costeira regular, desfavorável à aproximação humana e à utilização das comunicações marítimas. Seu limite ocidental caracteriza-se pela presença de territórios agrestes, de ocupação difícil e sem ligação com o Oceano Pacífico por contornar a cordilheira dos Andes. Dessa maneira, o Brasil volta-se inteiramente ao Oceano Atlântico. A faixa litorânea contém regularmente em sua extensão, terras baixas, de clima tropical com temperaturas quentes e abundância de chuvas. Apresenta solos férteis, viáveis para o desenvolvimento de economias agrícolas. Nas regiões afastadas da faixa litorânea, como no sertão nordestino, há predominância de climas secos e terras áridas, não possibilitando o surgimento de agricultura ou amplo

povamento no território. No sul, outro obstáculo para o estabelecimento de agricultura é o relevo. A Serra do Mar constitui um amplo planalto com altitudes oscilando de 600 a 1000 metros, inclinados para o continente, e não para o mar. Entretanto, ao contrário do agreste nordestino, tal região oferece amplas possibilidades de ocupação humana, com abundância de recursos naturais, clima temperado, solos férteis, chuvas constantes e uma bacia hidrográfica considerável. O Extremo Norte compreende a Bacia Amazônica. À diferença de outras regiões do interior Brasileiro, a delta do Amazonas propicia a esta região, amplo acesso ao mar. Entretanto, a floresta equatorial que envolve a região é causadora de recorrentes enchentes e alagamentos nas áreas de margem aos rios, constituindo-se assim, como obstáculo para o progresso e instalação humana (PRADO JR, 1978).

A densidade populacional no Brasil em 1500 era baixa, de nível cultural pouco complexo se comparado ao das populações do México e dos países andinos, como aponta Prado Jr (1978). Tal fato pode ser verificado nas estimativas de McEvedy e Jones (1978), na Figura 3. No México e Peru, berço das civilizações Azteca e Inca, a densidade populacional em 1500 variava de 1 a 3 habitantes por quilômetro quadrado. No Brasil, a população era majoritariamente nômade, com densidade de 0,1 hab/km<sup>2</sup>. Somente na Bacia Amazônica verifica-se maior densidade de tribos agricultoras, com 0,4 hab/km<sup>2</sup>.

Figura 3: Densidade Populacional na América em 1500



Fonte: McEvedy e Jones (1978)



#### 4.1.2. Mortalidade Colonial

Gutiérrez (1986) realiza um levantamento sobre a mortalidade dos bispos na América Latina entre os séculos XVII e XVIII a partir de dados da Igreja Católica. Encontrou que a expectativa de vida média dos Bispos a partir dos 40 anos, residindo na França, era de 29 anos, no século XVIII. Em contraste, a expectativa de vida média daqueles residindo na América Latina era de apenas 23 anos. A mortalidade se acentuava em zonas tropicais, próximas ao nível do mar, como se observa na Tabela 2, enquanto que em zonas temperadas, distantes do Equador ou em altitudes elevadas, verificam-se melhores condições de vida para os Bispos. Finalmente, o autor destaca que a mortalidade do clero é uma boa proxy das condições de vida na época do restante da população adulta.

Tabela 2: Esperança de vida dos bispos a partir dos 40 anos em relação à média de temperatura anual da região

Temperatura Média Anual	Esperança de Vida à partir dos 40 Anos	Número de Observações
Menos de 20°C	22,1 anos	133
Entre 20°C e 24°C	21,2 anos	140
Mais de 25°C	17,6 anos	161

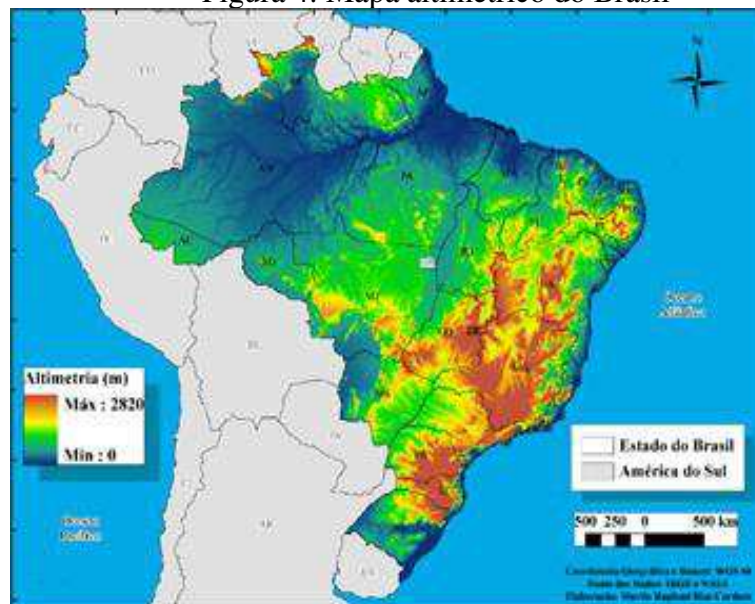
Fonte: Gutierrez (1986)

Regiões com elevada mortalidade tipicamente possuíam clima tropical e húmido, e localizavam-se no nível do mar. É o caso de Mérida, Manágua e Panamá na América Central, Santiago de Cuba, Santo Domingo e San Juan, no Caribe, assim como Cartagena, Caiena, Belém, São Luís e Olinda, na América do Sul. Todas possuem temperaturas médias anuais superiores à 25 ° C, 1600 mm de chuva ao ano, presença de malária, e ocorrências de doenças respiratórias e infecciosas. Tais condições críticas, durante a colonização, afetaram cerca de 58% dos Bispos nascidos na Europa e aproximadamente 42% dos Bispos nascidos na América Latina. Em zonas com temperaturas médias anuais inferiores a 20 ° C verificavam-se menores índices de mortalidade. Tinham melhores condições de vida os Bispos residindo em Durango, Guadalajara, Cidade do México e Guatemala, na América do Norte e Central. Tais cidades possuem uma altitude média superior à 1800 metros e 800 mm de chuva anual.

O mesmo se registra na Cordilheira dos Andes, com elevada altitude e pluviosidade moderada, em cidades como Bogotá, Quito, Cuzco, La Paz e Sucre. Similarmente há zonas com pluviosidade praticamente nula como Lima e Trujillo, na Costa Pacífica, enquanto que na Costa Atlântica, São Paulo e Curitiba possuem altitudes de 900 metros e pluviosidade anual de 1400 mm. Na América do Sul temperada também confere-se menor mortalidade, como em Santiago, Concepción, Buenos Aires, Tucuman e Córdoba (GUTIERREZ, 1986).

Um exemplo do estudo de Gutierrez (op. cit.) ilustra a questão: em Caiena, no nível do mar, onde a temperatura média anual é superior à  $24^{\circ}\text{C}$  e a pluviosidade de 3744 mm, a expectativa de vida de um Bispo na idade de 40 era de 16,2 anos ao final do século XVIII. Já em Curitiba, com temperatura média anual de  $16,2^{\circ}\text{C}$ , precipitação de 1422 mm, altitude próxima dos 1000 metros, a expectativa de vida em 1822 era de 23,3 anos. O autor assume ainda que o clima não varia significativamente ao longo dos séculos de maneira que era possível, pelo menos na década de 1980, obter dados recentes acerca da temperatura e pluviosidade no Brasil e admitir que são similares aos do período colonial.

Figura 4: Mapa altimétrico do Brasil

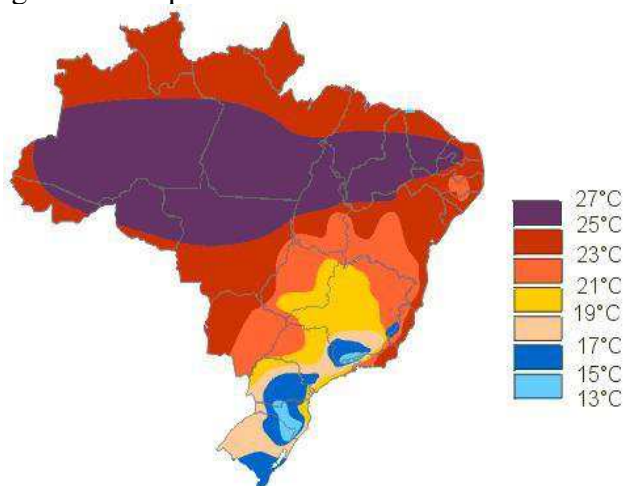


Fonte: Dias Cardoso: Mapas de Altitude e Topografia do Brasil

É possível observar, de acordo com as figuras 4, 5 e 6, a conformidade entre o clima do Brasil e as análises do autor. O Norte do Brasil possui clima tipicamente tropical, pela alta temperatura e grande pluviosidade. É aonde estão localizadas as

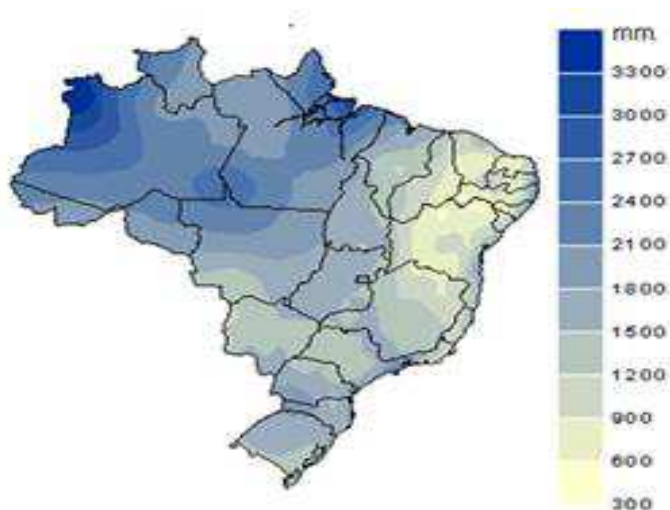
idades brasileiras com maior mortalidade de bispos de acordo com Gutierrez (1986). Contrariamente, o Sul do Brasil, por possuir clima temperado, apresenta condições mais amenas para a ocupação humana. Ainda na zona intertropical, é possível verificar melhor qualidade de vida nas regiões de elevada altitude.

Figura 5: Temperaturas médias anuais do Brasil



Fonte: Geocities: O Clima Brasileiro

Figura 6: Precipitação anual



Fonte: Universidade de São Paulo  
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas

#### 4.1.3. Ocupação nos Trópicos e no Brasil

Na Nova Inglaterra, com condições geográficas hostis ao estabelecimento de agricultura de larga escala, ocorre povoamento de Quakers e Puritanos da Inglaterra, Huguenotes da França, assim como Morávios, Schwenkjelders, Inspiracionistas e Menonitas da Alemanha e Suíça.<sup>1</sup> Tal ocupação era fruto dos conflitos político religiosos da Europa, ao fato da América Temperada possuir condições naturais mais afins às da Europa, e de que a massa populacional da Inglaterra que residia no campo tenha sido inteiramente deslocada pela indústria nascente de lã, trazendo excesso de mão de obra livre nas cidades. Portugal e Espanha, contrariamente, careciam de trabalhadores. Já nas áreas tropicais eram necessários incentivos mais atraentes para o colono que optasse por se estabelecer em territórios hostis à vida humana. Tais motivações consistiam na abundância de terras que apenas esperavam o trabalho e a iniciativa do homem. Os territórios eram propícios para o lucrativo cultivo em larga escala de gêneros alimentícios até então escassos na Europa, por meio do estabelecimento de fazendas, engenhos e plantações, e da mão de obra indígena ou africana. Desta forma, a colonização dos trópicos tomou o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada à exploração de recursos naturais de um território virgem em benefício da Europa (PRADO JR, 1978).

Furtado (1959) aponta que a ocupação do território brasileiro foi impulsionada pela pressão exercida por outras nações européias, como a França, Holanda e Inglaterra, que contestavam o privilégio exclusivo concedido à Portugal e Espanha, estabelecido no Tratado de Tordesilhas, de explorar o território americano. Existia o temor de que as terras Brasileiras seriam perdidas para a França se Portugal não realizasse um esforço por efetivamente ocupá-las.

Prado Jr. (op. cit.) destaca que, para a ocupação do Brasil, desenhou-se um sistema de concessão de poderes soberanos a quem se aventurasse em estabelecer empresas de povoamento. Assim, dividiu-se a costa brasileira em doze setores lineares com extensões variáveis entre 30 e 100 léguas, nomeados capitânias,<sup>2</sup> como se observa

---

<sup>1</sup> Originalmente o território americano pertencente à Nova Inglaterra compreendia apenas as treze colônias na costa atlântica. Corresponde à extensão de terra desde o atual estado da Geórgia, ao sul, até New Hampshire, ao norte. Ver:

<https://www.worldatlas.com/webimage/countrys/namerica/usstates/colonies.htm>

<sup>2</sup> 1 Léguas = 4,8 km

na figura 7. Seus detentores gozaram do privilégio de nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, assim como distribuir terras à sesmeiros.<sup>3</sup> Somente tiveram de arcar com seus custos de transporte e estabelecimento. Dada a condição climática e qualidade do solo, optou-se pela cultura da cana-de-açúcar, cujo produto era muito valorizado na Europa.

Figura 7: Capitanias Hereditárias e seus Donatários



Fonte: História de Tudo: Capitanias Hereditárias

Furtado (op. cit.) aponta fatores que contribuíram para o estabelecimento da empresa agrícola no Brasil:

- Descartou-se inicialmente a hipótese de que havia ouro no Brasil, logo foi necessário encontrar outra forma de atividade econômica que compensasse tal ocupação.
- Portugal já dominava a técnica de cultivo do açúcar, desenvolvida a partir de sua experiência nas suas colônias do Oceano Atlântico
- A parceria com os holandeses permitia a introdução e o comércio intra-europeu do açúcar, por meio de sua refinação, criando um mercado de grande porte. Paralelamente, a nação flamenga contribuía financeiramente

<sup>3</sup> Originalmente a Lei das Sesmarias, de 1375 foi aplicada em Portugal para evitar o despovoamento rural e declínio da produção agrícola após a peste negra. Ver: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/downloads/tabelmon.pdf>

com as instalações produtivas no Brasil e importação de mão de obra escrava.

- d) Portugal já possuía experiência no mercado africano de escravos. Isso viabilizava a transferência de mão de obra para a nova colônia.
- e) Portugal detinha o monopólio na produção de açúcar, uma vez que seu potencial concorrente, a Espanha, optou pela extração de metais preciosos, criando uma elevada inflação na metrópole e corroendo seu balanço de pagamentos.

#### 4.2. PADRÃO DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA (1500-1822)

Para analisar o padrão de colonização durante o período colonial, estudam-se os aspectos das principais atividades empreendidas no Brasil desde 1500. Opta-se por analisar como os territórios passaram a ser ocupados de acordo com a necessidade de cada ciclo comercial: o do açúcar e o do ouro, tendo o setor de pecuária e subsistência como um intermediário viabilizador dessas economias.

##### 4.2.1. Aspectos da Economia Açucareira

O regime de posse da terra no início da colonização efetiva, por volta de 1530, sob a ocupação por capitanias, era o da propriedade alodial e plena.<sup>4</sup> Os donos das capitanias tinham a função de distribuir terra para os colonos, que por via de regra, correspondiam à doações de grande porte. Reuniu-se assim, na parte brasileira do novo mundo, as aspirações de grandes senhores e latifundiários, ao invés de as de humildes camponeses. Por fatores materiais, a cultura da cana exigia grande escala para se tornar lucrativa, logo seria necessário o estabelecimento de grandes plantações durante a ocupação e exploração do território brasileiro. Inicia então, no Brasil, a exploração agrícola por meio da grande propriedade, amparada na monocultura (PRADO JR, op.cit.).

---

<sup>4</sup> Alodial: De Alódio; Propriedade inteiramente livre de foros, vínculos, pensões e ônus; Inalienável. Ver: Ferreira (2004)

Fazia-se, então, necessário um enorme contingente de mão de obra para trabalhar nas plantações. Não era possível atrair voluntariamente europeus, pois o continente, com pouco mais de 50 milhões de habitantes na época, estava passando por revoluções agrícolas e comerciais ou guerras incessantes. Portugal carecia de trabalhadores devido ao seu despovoamento pela expansão marítima e guerras ultramar. Os indígenas do Brasil, compostos em sua maioria por tribos nômades, contrariamente às civilizações altiplanas do México e Peru, não conheciam qualquer forma de trabalho organizado, logo não se prestavam para trabalhar voluntariamente em qualquer ocupação fixa. Restou então a alternativa de recorrer ao trabalho forçado. Tentou-se primeiro escravizar os indígenas, mas com a evolução do trabalho nos engenhos, tal mão de obra começou a escassear e mostrar-se insuficiente. Já na segunda metade do século XVI introduziriam-se os primeiros escravos africanos no Brasil, indo principalmente para as capitanias da Bahia e do Norte. Enquanto o trabalhador cativo indígena valia na época entre 4 e 70 mil réis, o africano podia variar de 50 a 300 mil réis. Até a abolição da escravatura, em 1888, foram trazidos da África para o Brasil, aproximadamente 3.300.000 escravos (SIMONSEN, 1937).

O elemento central desta economia era o engenho, cujo produto, o açúcar, era obtido a partir da manipulação da cana oriunda da exploração direta das terras por parte do proprietário, o senhor de engenho, ou da extração por parte dos arrendatários do lote. Estes, denominados lavradores, eram senhores de escravos sem engenho. Em média, constata-se que cerca de 80 a 100 escravos trabalhavam em cada engenho. (PRADO JR, op. cit.)

De acordo com Furtado (1959), ao fim do século XVI, a produção de açúcar estimada alcançou dois milhões de arrobas, obtidas a partir de cerca de 120 engenhos já estabelecidos com um total de capitais investidos de 1,8 milhão de libras esterlinas e 20 mil escravos, cuja mão de obra representava cerca de 20% do investimento em capital fixo da empresa açucareira.<sup>5</sup> Tal empreendimento apresentava rentabilidade suficiente para autoduplicar sua capacidade produtiva a cada dois anos. Sendo assim, como explica Simonsen (1937), entre 1600 e 1850 teriam sido importados 1.350.000 escravos africanos para a indústria açucareira no Brasil. Ainda, segundo Furtado (op. cit.), em um ano favorável, o total de valor exportado do açúcar gerava 23 milhões de libras. A renda líquida correspondia a 60% desse montante, representando tres quartos da renda total

---

<sup>5</sup> 1 arroba = 12kg

gerada. Obtinham-se 2,3 milhões de libras para serem distribuídas entre 30 mil habitantes europeus do Brasil, o que tornava a colônia no território brasileiro excepcionalmente rica.

Em uma economia exportadora escravista, como a que se constituía na colonização do Brasil, quase a totalidade dos fatores de produção pertenciam ao empresário, de maneira que a renda total gerada revertia somente a ele mesmo. O montante gerado estabelecia um fluxo de renda entre a unidade produtiva e o exterior, compreendendo pagamento a fatores de proprietários residentes na metrópole e importação de artigos de consumo de luxo para os senhores de engenho. A economia açucareira, de caráter extremamente especializado e dependente da demanda internacional pelo açúcar, não sofreu transformações estruturais por mais de três séculos. Dada a abundância de terras, era possível aumentar a capacidade produtiva de maneira extensiva. Além disso, estava pautada em gastos fixos com mão de obra, de maneira que sempre foi economicamente viável operar em capacidade plena, mesmo em períodos de contração. (FURTADO, op. cit.)

A empresa açucareira esteve fortemente comprometida durante a união entre a coroa portuguesa e a espanhola, de 1580 à 1640. Portugal viu-se forçado a fazer parte da política diplomática dos Habsburgos da Europa, contraíndo guerra com os inimigos da Espanha, como a Inglaterra e os Países Baixos. Boa parte das possessões portuguesas ultramar foram tomadas pelos ingleses e holandeses, bloqueando seu comércio com a Ásia. Os holandeses ocuparam Pernambuco em 1630, estendendo suas conquistas de Alagoas à Maranhão, sendo apenas expulsos em 1654 quando Portugal reestabelece sua independência (PRADO JR, op. cit.). Por outro lado, a invasão holandesa acarretou perda de rendas fiscais proporcionadas pelo açúcar e gastos militares vultuosos por parte da coroa portuguesa. Após a expulsão dos holandeses, iniciou a baixa de preços do açúcar pela perda do monopólio, uma vez que os holandeses se instalaram nas antilhas após a guerra. (FURTADO, op. cit.)

#### 4.2.2. Surgimento da Economia de Subsistência e Pecuária

Prado Jr (1978) aponta para a coexistência de duas economias nos tempos da colônia: aquela dedicada à produção para exportação, e outra baseada em atividades acessórias destinadas a manter em funcionamento a primeira. Devido ao caráter



extremamente especializado da economia exportadora, foi necessário prover pela subsistência sem interferir na produtividade da empresa agrícola. Surgiram lavouras especializadas em gêneros de consumo, adjacentes às grandes plantações. Essas unidades se aproximavam ao modelo camponês europeu de cultivo onde o proprietário trabalhava a sua própria terra, auxiliado por familiares e rara vez por escravos. Os indígenas contribuíam em grande parte, de maneira que muitos adotaram um sistema sedentário de cultivo para poder comerciar por mercadorias com os europeus dedicados à grande empresa agrícola. Aglomeraram-se em torno aos centros urbanos, mestiçaram-se e aos poucos teceram o surgimento de uma classe média de “caboclos” na sociedade colonial. Ocuparam então uma posição intermediária entre os senhores de engenho e os escravos.

Para a defesa da região açucareira, entendia-se que não havia maneira mais efetiva de proteger um território, que não fosse pela sua ocupação permanente. Portugal ocupou toda a costa norte do Brasil que se estende até a Foz do Rio Amazonas, eliminando a possibilidade de uma economia concorrente. Tais colônias, entre elas o Maranhão, aonde foram enviados 300 açorianos, enfrentaram inúmeras dificuldades em seu povoamento pois se encontraram abandonadas à seu próprio destino. O solo maranhense não se prestava para o cultivo da cana, e o seu território não pôde ser aproveitado nem mesmo para abastecer a economia açucareira, uma vez que a invasão holandesa causou seu completo isolamento do restante das colônias portuguesas no Brasil. Mais adiante, após a expulsão dos holandeses, o declínio dos preços do açúcar impediu que a região se desenvolvesse como centro de cultivo de gêneros de subsistência. Seu território involuiu à uma zona povoada por famílias autárquicas, incapazes de produzir qualquer bem comercializável. A caça ao índio para trabalhar na agricultura surgiu como uma condição indispensável à sobrevivência, criando um conflito entre os colonos e as missões jesuíticas. A reação dos jesuítas ao trabalho escravo indígena, acarretou em sua penetração na bacia amazônica, encontrando no Pará, uma fonte de gêneros exportáveis como cacau, baunilha, canela, cravo e resinas. No entanto, para a extração de tais produtos, foi necessário desenvolver um contrato peculiar de trabalho assalariado com os indígenas. Tal regime de trabalho não se processava em liberdade absoluta, mas observava-se rentabilidade superior à da mão de obra escrava para a exploração florestal. (FURTADO, op. cit.)

Dado o estado de penúria em que se encontrava o Maranhão, houve o desligamento de seu governo e sua incorporação ao governo geral do Grão Pará. Sob o regime do Marquês de Pombal, com a nomeação de Francisco Xavier à capitão geral do Grão Pará, ordenou-se a limitação do poder missionário e a liberdade absoluta dos indígenas, por acreditar que assim produziram muito mais que no regime até então praticado. Com o intuito de fomentar a atividade na região, criou-se a Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, a partir de um capital de cerca de 130 mil libras esterlinas, com o monopólio do comércio exterior e tráfico de africanos no Pará e Maranhão. Na Amazônia verificou-se um declínio geral da produção após a dissolução das missões. Não era possível organizar o trabalho indígena em completa liberdade de maneira a formar uma economia de exportação. O Estado civil não teve a mesma eficácia que as ordens religiosas para estabelecer contato com os povos. Mudaram os rumos quando a Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão introduziu braços africanos, sementes de arroz da Carolina, máquinas para seu descasque e melhores processos de cultura do algodão, fazendo com que as exportações do Maranhão cresçam rapidamente. Tal acontecimento coincidiu com o surto de revolução industrial na Europa e a independência dos Estados Unidos, favorecendo a exportação de produtos coloniais. De 1705 a 1812, a exportação média do algodão foi de 48.314 sacas, e a de arroz, 50.000 sacos. Em 1817, o valor exportado atingiu cerca de 1 milhão de libras esterlinas em 155 navios, ultrapassando Pernambuco e empatando com a Bahia. Entre 1812 e 1821 o total de escravos africanos importados chegou a 45.477. Maranhão tornou-se novamente independente em 1772, abraçando o território do atual Piauí que também havia sofrido 140 anos de penúria. Tal prosperidade apenas foi interrompida quando a concorrência norte americana destronou o algodão e arroz maranhense. Apesar de representar menos da metade do valor exportado pelo Maranhão, no Pará houve um substancial incremento na exportação de arroz e cacau com a introdução do braço africano. Ainda assim, era declinante a situação da Capitania de São José do Rio Negro, na Bacía Amazônica, pela dissolução das missões. No governo de Pereira Caldas, houve esforços para levantar a capitania com a introdução do cultivo de anil, café, tabaco, algodão, arroz, milho e cana-de-açúcar. Implantou-se a fabricação de tecidos de algodão e aprimorou-se a política em relação aos indígenas. Manuel da Gama Lobo d'Almada introduziu gado no Rio Branco e ergueu a capital, Manaus. A capitania conseguia exportar cerca de 50.000 libras anualmente, nos últimos anos antes da independência,

representando apenas um terço daquilo que exportava o Pará e 5 por cento do valor exportado pelo Maranhão na mesma época (SIMONSEN, op. cit.).

Furtado (1959) contrasta a colônia de povoamento de São Vicente com a da Nova Inglaterra, ambas impulsionadas pelos centros açucareiros do Nordeste e das Antilhas, respectivamente. Na experiência norte americana desenvolveu-se a pesca como atividade principal e logo depois alcançou-se o domínio das embarcações e independência comercial da Inglaterra, que submergida em guerras, não podia abastecer o mercado antilhano. A tarefa foi desempenhada pelos colonos da Nova Inglaterra, provisionando a empresa agrícola com bens de subsistência. Na experiência Brasileira, não foi possível desenvolver um núcleo dinâmico de comércio entre a empresa agrícola e a colônia de povoamento de São Vicente pela escassez de mão de obra, algo que não ocorria na Nova Inglaterra, e pela abundância de terras próximas aos canaviais nordestinos, o que não era o caso do arquipélago antilhano.

Nas capitanias paulistas, por configurarem-se como regiões pobres e isoladas, era preciso o uso de trabalho escravo para assegurar os meios de subsistência dos colonos. Sem comércio e sem exportação não era possível aos colonizadores adquirir mão de obra africana, tendo que se contentar com o braço indígena. O escravo aprisionado em guerra, esgotava-se rapidamente. Surgia a necessidade por investidas à captura do índio, que conjuntamente com a ânsia de encontrar pedras e metais preciosos, impulsionou as expedições bandeirantes ao interior do Brasil. As bandeiras eram um investimento de baixo retorno econômico dado o baixo valor do escravo indígena, sendo este cerca de um quinto do africano. Em todo o ciclo despovoador calcula-se que os bandeirantes tenham aprisionado não mais que 300.000 escravos, representando aproximadamente 1% do que rendeu no mesmo período de tempo a economia açucareira. Quando o centro da economia colonial mudou da cana de açúcar para o ouro, as bandeiras opostamente agora cumpriam a função de repovoar as regiões, cuja população havia sido extraída, para abastecer os centros mineradores. A região paulista, nos 150 anos de despovoamento e repovoamento se concentrou no cultivo de trigo, cevada, vinha, oliveira, milho, mandioca e frutas. Mais tarde, dedicou-se também ao algodão, cana, chá e especiarias da Índia. Sua economia era composta majoritariamente de lavradores modestos, já que a necessidade local de consumo e comércio era mínima. As grandes concessões de terra, na forma de sesmarias, não se mantiveram ao longo do tempo pelo retalhamento da terra na forma de compra e venda

ou sucessão hereditária, transformando-as em pequenas fazendas. O latifúndio somente surgiu em São Paulo no século XIV, com a lavoura de café. Foi a zona do açúcar que deu origem à primeira fase da grande criação de gado: Os trapiches e engenhos eram movidos por bois, o que contribuía para o seu rápido desgaste e necessidade de reposição. Da mesma forma, carretas para lenha e açúcar exigiam cabeças de gado em número praticamente igual ao de escravos operando. Alimentação à base de carne também era fundamental para aqueles desempenhando trabalhos pesados. Os currais foram entrando no interior da Bahia com os Garcia de Ávila e seus descendentes: os maiores criadores do sertão Baiano. Logo Cristóvão de Barros, expulsando os selvagens, ocupou a costa até o São Francisco. Posteriormente, os Ávilas chegam ao Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Também pelo Rio São Francisco, Amaro Leite atinge o interior mineiro, passando para os vales do Tocantins e Araguaia, configurando os sertões goianos. Via Goiás penetrou o gado nas regiões do Mato Grosso, indo ao encontro das possessões espanholas. Nos campos de Curitiba, introduziu-se gado oriundo de São Vicente. Já no sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande o gado foi originalmente trazido pelas missões jesuíticas espanholas (SIMONSEN, op. cit.).

A princípio, a pecuária apenas possuía papel secundário e acessório, inteiramente subordinado à cultura da cana. Era limitada pela localização, clima e bacia hídrica: Os cultivos da cana de açúcar já ocupavam as terras mais férteis do litoral, enquanto no sertão nordestino existe baixa e irregular pluviosidade com cursos de água intermitentes e vegetação pouco densa. Tais fatores geraram uma economia de baixa densidade, com uma a duas cabeças de gado por quilômetro e baixo índice de produtividade fornecendo apenas 120kg de carne por animal, acarretando em sua expansão de caráter extensivo. (PRADO JR, op.cit.)

Com o declínio da economia açucareira, e o aumento da importância relativa dos setores de subsistência na colônia brasileira, houve uma forte queda na arrecadação tributária da metrópole, uma vez que esta dependia fortemente dos produtos exportados. Estes, participavam cada vez menos no produto total da colônia. Os couros, produzidos na região sulina, aumentaram sua importância relativa para a Coroa Portuguesa pois configuravam-se como um dos poucos bens de exportação que não haviam sido deslocados pela concorrência antilhana. Portugal ocupou a Bacia do Rio da Prata,

fundando a Colônia do Sacramento em 1680, expandindo seu domínio territorial ao sul e reforçando a defesa da região criatória. (FURTADO, op.cit.)

O Extremo Sul Brasileiro, vagamente usado pelos portugueses e originalmente território da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, podia ser contestado a qualquer momento. Logo, era necessário povoar este território não apto para o cultivo de gêneros tropicais de alto valor comercial. Sua colonização seguiu um padrão único e distinto em relação ao resto do Brasil. Subsidou-se as jornadas de colonos oriundos das camadas pobres ou médias de Portugal cedendo amplas vantagens aos que aceitassem estabelecer-se no novo mundo. Concedeu-se o custeamento do transporte, demarcou-se previamente em pequenas parcelas as terras à serem ocupadas e forneceu-se gratuitamente ou a longo prazo sementes, instrumentos agrários, animais de carga e entre outros. Os colonos recrutados eram camponeses familiares e provinham majoritariamente do arquipélago de Açores, que possuía excedente demográfico. A propriedade fundiária era muito subdividida, o trabalho escravo raro, a população étnicamente homogênea, não existia predomínio de castas ou grupos e não havia hierarquia de classes sociais. Tal padrão de colonização assemelhava-se ao da América Temperada, fugindo às normas do Brasil Colônia de grandes domínios escravocratas. Apesar da experiência única no sul do Brasil, esse tipo de economia possuía papel minoritário no conjunto das atividades econômicas da região, servindo para dar suporte às grandes estâncias de gado. Na região sul, pela qualidade do pasto, existia uma economia pecuária de maior densidade que a do Norte. O regime de trabalho se configurava entre o capataz que comandava os peões: normalmente índios ou mestiços assalariados (PRADO JR, op. cit.).

#### 4.2.4. Aspectos da Economia Mineradora

À princípios do século XVIII, são descobertas as primeiras jazidas de ouro no Brasil. Iniciou-se assim um novo ciclo que durou três quartos de século, tornando a região mineradora, o centro econômico da colônia. Todas as demais atividades desenvolvidas ali até então, entraram em decadência, e seus locais, despovoados. (PRADO JR, 1978)

Na economia do açúcar, a migração européia só ocorria, em grande parte, por meio de pessoas com grandes recursos capazes de levar adiante uma empresa agrícola, ou pelo povoamento de regiões meridionais subsidiadas pelo estado português, para atender fins políticos. A economia de mineração, em contraste, possibilitava que pessoas de recursos limitados migrassem para a colônia no Brasil, uma vez que a extração de metais não ocorria em grandes minas como no México e no Peru, mas no fundo dos rios, pois explorava-se o metal de aluvião. Aos homens dotados de pequenos recursos lhes era possível trabalhar como faiscadores. A população de origem européia na colônia aumentou dez vezes no decorrer do século XVII, coexistindo com o trabalho escravo, embora este não se configurava majoritário. O trabalho escravo na economia mineira possuía maior autonomia que na economia açucareira, permitindo que alguns trabalhem por conta própria, pagando uma quantia fixa à seu dono, podendo comprar eventualmente sua liberdade. Novamente, como era no caso da economia açucareira, era rentável empregar todos os recursos disponíveis na mineração, trazendo dificuldades de abastecimento à região. Houve uma elevação geral dos preços de alimentos e animais nas zonas mineradoras. Constituiu-se um núcleo dinâmico entre os centros de extração de metais e a região sul criadora de gado que teve seus preços elevados pela primeira vez, ante um histórico baixíssimo durante o ciclo do açúcar. Igualmente, a necessidade por um sistema de transporte elevou a demanda por animais de carga, dada a distância que os centros mineradores se encontravam do litoral e ao fato de localizarem-se em regiões montanhosas. O advento da economia mineradora teve como resultado a integração da região rio grandense ao conjunto da economia brasileira, o aumento geral da rentabilidade pecuária, e maior interdependência entre as regiões criatórias. Algumas se especializaram na criação, outras no engorde e distribuição e as demais se configuraram como principais centros consumidores (FURTADO, 1959).

Prado Jr (op. cit.) descreve como o novo tipo de atividade econômica deslocou o centro dinâmico da colônia:

“As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste. A própria capital da colônia transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia.”

Furtado (op. cit.) estima que o valor médio anual exportado no apogeu da economia mineira estaria em torno de 2 milhões de libras esterlinas. Deduzindo um quinto do montante para ser destinado à coroa como tributo, obtinha-se uma renda anual gerada na colônia a ser dividida entre 300 mil pessoas. A sociedade mineira era menos rica que a do ciclo do açúcar, menos desigual, com a riqueza não tão concentrada, pois era maior o número de trabalhadores livres. Apesar do grande influxo de imigrantes para a região mineradora do Brasil, e seu reduzido coeficiente importações, pelo elevado preço destas, dada a distância dos portos, não se desenvolveu um núcleo endógeno de desenvolvimento interno. Todos os recursos disponíveis eram empregados na extração de metais. A produção manufatureira, por exemplo, requeria certa qualificação técnica ausente nos imigrantes portugueses, impedindo assim o surgimento de atividades econômicas permanentes. Naturalmente, quando esgotaram as fontes de ouro em uma economia inteiramente dependente da produção deste, alastrou-se uma decadência geral e regressão de investimentos. Ocorreu uma descapitalização e desagregação das empresas de lavras. Seus donos, incapazes de repor a mão de obra escrava, retornam à posição de faíscadores, atrofiando a dinâmica da economia.

#### 4.3. PADRÃO DE COLONIZAÇÃO DURANTE O BRASIL IMPÉRIO E ECONOMIA CAFEEIRA (1822-1930)

Nesta seção estudam-se os fatores que propiciaram o surgimento da economia cafeeira após a independência do Brasil, terminando de explicar o regime de colonização empreendido no território brasileiro devido ao enorme influxo de imigrantes do período.

##### 4.3.1. Pré-Independência (1808-1822)

Na chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, quando se transferiu a Metrópole para o Rio de Janeiro, romperam-se os laços entre a colônia e Portugal. O príncipe regente Dom João assinou o decreto que abriu os portos da colônia à todas as nações. O Brasil inseriu-se, pela primeira vez, ao comércio internacional livre. Tal política tinha apenas caráter temporário, enquanto os exércitos napoleônicos

continuassem a dominar Portugal. No entanto, após a expulsão dos franceses, não foi possível voltar atrás em relação ao decreto de abertura dos portos (PRADO JR, 1978)

Prado Jr. (op. cit.) destaca que a segurança da monarquia portuguesa dependeu fortemente dos privilégios comerciais concedidos à Inglaterra em troca de proteção militar e auxílio na reconquista de seus territórios da península ibérica:

“A situação ainda se agrava com o tratado de comércio firmado com a Inglaterra em 1810. O soberano português concede aí tais favores à sua aliada, que praticamente exclui Portugal do comércio brasileiro. No decreto de abertura dos portos fixara-se um direito geral de importação para todas as nações de 24% ad valorem. As mercadorias portuguesas seriam beneficiadas pouco depois com uma taxa reduzida de 16%. Pelo tratado de 1810, a Inglaterra obterá uma tarifa preferencial de 15%, mais favorável portanto que a própria outorgada a Portugal.”

Ainda, o Brasil deveria importar manufaturas da Inglaterra para auxiliá-la frente ao bloqueio napoleônico. Em contrapartida a Grã Bretanha não importava produtos coloniais brasileiros como o açúcar e café por obtê-los diretamente em suas colônias. O Brasil não exportava em quantidades suficientes para pagar o que importava dos Ingleses. O tratado de 1810, na prática suprimiu o surto manufatureiro que vinha surgindo no Brasil desde a revogação do decreto que proíbia a industrialização, em 1808, responsável por uma orientação agrária de três séculos de submissão à metrópole. (SIMONSEN,1937)

Contudo, estimularam-se atividades econômicas no Brasil para aonde afluíram boa parte dos recursos do império português. No Rio de Janeiro, centralizou-se a vida política, administrativa, econômica e financeira da monarquia. A capital brasileira também tornou-se centro de referência para as demais colônias da América, orientando comercialmente e politicamente os vicereinos de Buenos Aires e do Peru. A antiga pátria européia ficou tão esquecida durante os treze anos de exílio na colônia que boa parte da corte e da nobreza já havia articulado suas bases econômicas e políticas no Brasil. Essa ala da corte constituiu um partido de oposição ao retorno da família real à Portugal no momento de retirada das tropas napoleônicas. A política e administração portuguesa em relação ao Brasil, antes centrada puramente nos interesses da metrópole, pela primeira vez voltou-se para a colônia. O Brasil se libertou dos entraves que, por mais de três séculos de submissão à Portugal, impediam seu livre desenvolvimento. Construíram-se estradas, melhoraram-se os portos, promoveu-se a imigração européia,



aperfeiçoou-se a mineração do ouro, entre outros. Apesar do progresso trazido pela emancipação da metrópole e eliminação de restrições, a vinda da corte portuguesa trouxe problemas à estabilidade financeira da colônia. Irrompeu-se o estilo de vida medíocre da colônia que era caracterizado por padrões modestos de consumo, com baixo nível de importações. O anseio pelo luxo, demandado pela corte e seus fidalgos generalizou uma necessidade por importar bens de consumo em maior quantidade. Surgiram déficits na balança comercial. Os desajustes também se alastraram pelo setor público pois o estabelecimento da corte requeria sua expansão imediata, por meio do aparelhamento administrativo do Estado, da ampliação das forças armadas, instrução pública, higiene, do povoamento e estradas. Em contrapartida não era fácil financiar tais operações uma vez que os mecanismos para arrecadação no território brasileiro ainda se mostravam incipientes (PRADO JR, op. cit.).

#### 4.3.2. Brasil Império (1822-1889)

O império independente carregou os mesmos problemas e encontrava-se em ainda pior situação. Em meio a guerras e dívidas, necessitava ser administrado à seu próprio destino com um aparelho burocrático rudimentar, de ordem legal precária, sem qualquer sistema de justiça, saúde pública, instrução, forças armadas reduzidas e relações externas inexistentes. Apesar do surto econômico trazido pela emancipação da metrópole com a eliminação de suas restrições, contraditoriamente constituía-se um país precário incapaz de aproveitar as facilidades que o mundo no século XIX poderia proporcionar. (PRADO JR, 1978)

A dívida contraída com a Inglaterra, em 1827, e os tratados firmados, causaram uma rivalidade de interesses entre os grupos agrários brasileiros e a política britânica. As tarifas preferenciais de 15% para os produtos brasileiros na Inglaterra, forçaram o governo brasileiro a taxar exportações para cobrir seus déficits na balança comercial, tendo profundo impacto no rendimento dos senhores da grande agricultura. Tal cenário foi agravado mais ainda pelas pressões britânicas pró-abolição da escravatura, pois entre um de seus objetivos, visava-se eliminar a competição brasileira na exportação de produtos tropicais, para favorecer as antilhas inglesas. O governo central viu sua autoridade se reduzir por todo o país, com quedas no preço do açúcar e do algodão. A

renda per capita do Maranhão, Bahia e Pernambuco declinou substancialmente durante o período. O sul encontrava-se em igual decadência desde o fim do ciclo do ouro. Alastraram-se rebeliões no Norte e guerras civis no Extremo Sul. Nesse mar de dificuldades, o café começou a surgir como uma opção rentável. A partir de 1830, esse produto se firmou como principal elemento da exportação brasileira. Com essa riqueza, solidificou-se um núcleo de estabilidade próximo à capital do país, ajudando a manter a unidade nacional, frente as desagregações do Norte e Sul. Formou-se então uma nova classe empresarial no Brasil, dominada por homens com ampla experiência comercial que lutaram num frente amplo pela aquisição de terras, mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, assim como interferência na política financeira e econômica. Souberam desde cedo subordinar o Estado de maneira a articulá-lo aos seus interesses, alcançando sua plenitude com a proclamação da república em 1889. Entretanto, para o devido sucesso da economia cafeeira, foi preciso resolver o problema estrutural da escassez de mão-de-obra. (FURTADO, 1959.)

Furtado (op. cit.) aponta que no começo do século XIX havia cerca de 1 milhão de escravos no Brasil e nos Estados Unidos. Até 1850 a população escrava dobrou no Brasil e quadruplicou nos Estados Unidos. Deduz-se que as taxas de mortalidade eram mais altas que as de natalidade no Brasil pois importou-se tres vezes mais escravos do que nos Estados Unidos. As condições dos escravos no Brasil eram de extrema precariedade e seu regime alimentar nas plantações de açúcar era particularmente deficiente. A intensa procura pela mão de obra escrava na nova economia cafeeira impulsionou o tráfico interno de braços para o sul, drenando os recursos da economia do algodão e do açúcar. Tal fator contribuiu para o aumento de preços da mão-de-obra e maior desgaste desta. Somado à falta de abastecimento de mão-de-obra africana, não era possível extrair trabalhadores da economia de subsistência por este tratar-se de um sistema extremamente disperso: baseáva-se numa pecuária de baixíssima produtividade e em agricultura de técnica rudimentar. Cada indivíduo trabalhador desempenhava funções variadas para o grande pecuarista, recebendo uma pequena remuneração e uma parcela de terra para cultivo de auto abastecimento, a “roça”. O recrutamento da mão de obra, pela sua dispersão, representava uma tarefa de ampla complexidade e alta mobilização de recursos. Para sua viabilidade, era necessária a cooperação dos senhores de terra, que por fatores políticos, tornava-se ainda mais difícil. Não evoluiu então no

país uma campanha pelo auto recrutamento interno de mão-de-obra para as lavouras de café. Optou-se pela solução alternativa de atrair uma corrente de imigração européia para o Brasil. Ainda não existiam precedentes de imigrantes europeus indo para a América para trabalhar em grandes plantações, o que exigia uma promoção de incentivos por parte dos donos das lavouras e do governo imperial. Até então, a maioria das tentativas de subsidiar a imigração haviam fracassado, por carecer de qualquer fundamento econômico, amparadas muitas vezes em um pensamento generalizado de superioridade de “raças”. Pagava-se o transporte e gastos de instalação, e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos. Quase sempre, após a suspensão do apoio governamental, as pequenas colônias européias involuíam para regimes de subsistência.

Percebendo que o governo imperial em nada havia contribuído para solucionar o problema da mão-de-obra, a classe dirigente da economia cafeeira procurou resolver a questão diretamente. Optou-se, à princípio, por adotar um sistema similar ao da emigração inglesa aos EUA dos tempos coloniais, que consistia no imigrante vender seu trabalho futuro. O colono incorria em uma dívida pelo seu custo de transporte, e deveria trabalhar na fazenda até saldar integralmente suas obrigações. Tratava-se de um regime de escravidão disfarçada, sendo posteriormente denunciado por viajantes europeus que visitavam as colônias, suscitando profunda preocupação no velho continente. Foi somente a partir de 1870 que se encontrou a solução definitiva. O governo imperial passou a se encarregar dos gastos de transporte, enquanto o fazendeiro cobria os gastos do imigrante durante seu primeiro ano de atividade, na etapa de maturação de seu trabalho. Também era preciso dispor terras ao colono, servindo ao cultivo de gêneros para sua subsistência. O imigrante tinha a certeza de ter seus gastos de transporte e manutenção cobertos e uma expectativa quanto à sua renda futura. Aliado a isso, a unificação política da Itália trouxe um enorme excedente de população agrícola no antigo reino das duas Sicílias. A imigração para o Brasil serviu como válvula de escape das tensões econômicas vividas naquela região. No último quarto do século XIX, o número de imigrantes europeus para o Estado de São Paulo chega a 803 mil pessoas, sendo 577 mil provenientes da Itália. (FURTADO, op. cit.)

Surgiu um embate entre partidários da “imigração subvencionada”, que é o regime defendido pelos cafeicultores, e os da “colonização”, que tratava-se do primitivo sistema de localização de imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos.

Os defensores deste sistema possuíam uma visão mais ampla e preocupação pelo povoamento do país. Alegavam que a mão-de-obra para a lavoura surgiria posteriormente como consequência do povoamento, ao incrementar a população. Havia a vantagem de tornar a imigração para o Brasil muito mais atraente; os candidatos, desde cedo tornariam-se proprietários, configurando-se como verdadeiros povoadores, identificados com a terra que ocupam. O interesse dos grandes cafeicultores prevaleceu, e o sistema de colonização em pequenas propriedades não prosperou no estado de São Paulo. Tal regime, no entanto, teve mais sucesso no Extremo Sul do país: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Também resultou no Espírito Santo. Os governos locais encontraram na imigração, a solução para o povoamento de seus territórios desérticos e aumento das rendas públicas. (PRADO JR, op. cit.)

Segundo Furtado (op. cit.), a economia cafeeira era característica por conduzir o país sob uma tendência ao desequilíbrio externo. Não haviam possibilidades de adaptar uma economia exportadora de produtos primários, altamente especializada e com alto coeficiente de importações, ao padrão ouro. Qualquer queda em preços de exportação traduzir-se-ia em bruscos desequilíbrios no balanço de pagamentos. A situação era ainda mais agravante pela insuficiência de mecanismos para contrabalançar tais desequilíbrios, como a expansão do erário, neste caso, um aumento da emissão de ouro pelo país, que já se encontrava escasso. A economia do café não investiu significativamente em aumentos de produtividade por trabalhador ou por unidade de terra, devido à abundância destes. A cultura do café envolvia capital de alto grau de imobilização. Abandonar o cultivo durante crises acarretaria perdas irreversíveis e a mão-de-obra involuiria, novamente, para uma economia de subsistência. A economia, então, procurava todos seus meios possíveis para manter o nível de exportações, qualquer que fosse a queda no preço internacional do café. Dessa maneira, em tempos de prosperidade, os aumentos de produtividade concentravam renda apenas para a classe não assalariada. Em tempos de crise, quando ocorriam quedas nos preços das exportações, utilizava-se o ajustamento cambial, socializando as perdas do setor exportador entre toda a massa de consumidores que dependiam das importações para garantir seu consumo. O setor assalariado via-se em ainda pior situação pelo fato dos desequilíbrios decorrentes de desvalorizações cambiais exigirem emissão de papel-moeda para saldar a dívida externa. Tal mecanismo desencadeava em processos inflacionários, corroendo o poder de compra da população.

A cultura do café no Brasil durante a última década do século XIX encontrava-se em uma situação excepcionalmente favorável. Nesse período, verificava-se que a produção brasileira respondia por três quartos da oferta mundial do café. Entretanto, pela profundidade das crises de 1893 e de 1897, viu-se impraticável utilizar os mecanismos cambiais e optou-se por artificialmente contrair a oferta retendo de estoques. Celebrou-se o convênio de Taubaté, em 1906, definindo as bases da política de valorização do café. Consistia na compra de estoques por parte do governo, financiada via empréstimos estrangeiros. Para saldar os empréstimos, deveria ser instaurado um novo imposto sobre a saca de café exportada. Finalmente, a expansão das plantações deveria ser desencorajada. Na prática, apenas as duas primeiras medidas foram executadas, criando um problema grave cuja solução estava sendo transferida para o futuro. A defesa dos preços do café, mantinha alto o nível de lucratividade, impulsionando os cafeicultores a continuar se expandindo. A produção vinha aumentando acentuadamente à despeito do nível estável de exportações. A predominância das plantações de café sobre a estrutura econômica do Brasil viria a se manter até 1929, quando, com a crise mundial, exauriram-se quaisquer possibilidades de financiamento externo. A compra de estoques, e sua posterior destruição, era agora financiada via expansão interna de crédito, criando forte pressão sobre o câmbio. As importações tornaram-se tão caras que ocorreu um deslocamento do centro dinâmico. Pela primeira vez no Brasil, começou a ser mais atrativo investir na indústria interna que no setor exportador. (FURTADO, op. cit.)

## **5. EVOLUÇÃO DO QUADRO INSTITUCIONAL BRASILEIRO: DIREITOS DE PROPRIEDADE**

Neste capítulo estuda-se como o padrão de colonização empreendido durante o período de análise se materializou na consolidação de instituições referentes à direitos de propriedade no Brasil. Primeiro estuda-se a relação entre indivíduos e o poder político das elites por meio do arcabouço institucional que regia a distribuição de terras no Brasil. Em seguida, analisa-se o quão limitado era o poder do Estado por meio do estudo de seu aparato fiscal, detalhando suas vias de arrecadação e sua alocação de gastos. Por último, procura-se entender como as instituições de propriedade no Brasil estão relacionadas à performance de seu mercado financeiro.

### **5.1. DISTRIBUIÇÃO DA TERRA, PODER POLÍTICO DAS ELITES E CONFLITOS**

Nesta seção estuda-se como as instituições de propriedade regindo a distribuição de terras no Brasil estão relacionadas ao poder político das elites. Primeiro analisa-se a atuação dos senhores de engenho durante o Ciclo do Açúcar. Em seguida, estuda-se o sistema que substituiu a concessão de sesmarias já no período imperial e providenciava a alocação de terras para os imigrantes que viriam a trabalhar nas lavouras dos cafeicultores. Na sequência, analisa-se a performance de uma empresa multinacional inglesa que operou no Brasil durante o século XIX e XX, tendo seu sucesso empresarial definido pelas instituições de propriedade sobre a terra vigentes naquela época. Por último, traz-se uma consequência política da alocação de terras no Brasil, uma vez que os latifundiários passam a ter influência no rumo das eleições no país durante a Velha República.

#### **5.1.1. Senhores de Engenho e Lavradores**

No início da colônia, optou-se por conceder sesmarias de uma a três léguas quadradas a qualquer um que alegasse possuir os meios e desejos de fazer uso da terra.

Era preciso comprovar a capacidade de honrar o compromisso mediante o pagamento 300 a 400 milréis.<sup>6</sup> Entretanto, qualquer imigrante sem os devidos recursos conseguia ocupar ilegalmente as terras da coroa. Ainda, as sesmarias eram concedidas muitas vezes de maneira inconsequente e corrupta. Frequentemente eram objeto de especulação e nunca chegavam a ser ocupadas. (DEAN, 1971)

Segundo Schwartz (1985), o regimento que normatizava o estabelecimento de engenhos na Bahia garantia a concessão de terras à aqueles que pudessem ergue-los em, no máximo, três anos. Ofereciam-se isenções fiscais para estimular o investimento. Em contrapartida, requeria-se que os beneficiados residissem em sua terra, e que abdicassem da venda de sua propriedade durante os três primeiros anos. Deveriam ainda ser responsáveis pelo desenvolvimento de sua terra e pela proteção de seus habitantes, por meio da construção de fortificações ou da provisão de armamento. Tal privilégio concedeu um estado de “nobreza informal” aos senhores de engenho, que em grande parte, provinham de extratos comuns da população portuguesa, como novos cristãos recém conversos ou comerciantes. Ser nobre consistia no estilo de vida senhorial que, por definição, não recorria ao trabalho manual; Ao invés disto, era servido por ele. Entretanto, títulos formais de nobreza nunca eram concedidos pela coroa portuguesa aos colonizadores. Empreender no engenho significava em grande parte, além de riqueza, obtenção de reconhecimento social em uma sociedade nova, embora esta ainda carregasse a estrutura patriarcal e hierárquica da metrópole.

Tabela 3: Composição Representativa da Câmara de Salvador em 1680-1729 e 1780-1821

Ofício	1680-1729		1780-1821	
	n°	%	n°	%
Senhores de Engenho	132	50.8	32	
Lavradores de cana	33	12.7		
Comerciantes com terras	35	13.5	6	4.9
Profissionais com terras	8	3.1	11	9.1
[Setor açucareiro]		[79.1]		[40.5]
Comerciantes	12	4.6	24	19.8
Profissionais	7	2.7	16	13.2
Pecuária e tabaco	9	3.4		
Não-Identificado	24	9.2	32	26.5

Fonte: Schwartz (op. cit.) usando os dados de Flory (1978) e F.W.O Morton (1978)

<sup>6</sup> O réis era a unidade monetária do Brasil até 1942. Milréis = 1000 réis. Denotava-se 1\$000

Como pode ser observado na Tabela 3, os senhores de engenho configuravam-se como maioria na câmara de Salvador. Assim, Schwartz (op. cit.) destaca que os plantadores eram o grupo mais poderoso da sociedade baiana ao possuir status, riqueza, controle sobre as instituições e círculos extensos de influência. Somando-se à distância da metrópole, o controle da coroa sobre a ação dos senhores de engenho era limitado, de maneira que muitas vezes os conflitos eram resolvidos internamente. Antes da solidificação de um aparato judiciário satisfatório, haviam casos de massacre de escravos, por parte de seus donos, ou engenhos abrigando criminosos fugitivos da justiça. Era comum a disputa sobre propriedade. Conflitos com terras vizinhas eram recorrentes dada a escassez de boas estradas, a competição por energia hídrica e necessidade de pasto. Violência eclodia quando existiam limites que não haviam sido regularmente estabelecidos, quando se abriam novos cursos de água, ou quando o gado se deslocava. Senhores de Engenho acreditavam que as ações legais eram menos eficazes que a resolução direta de problemas e seus processos muito custosos. Mesmo que ganhassem o caso, o dispêndio não compensaria o benefício. Além disso, a maioria dos juízes estavam atrelados a famílias de plantadores, representando e salvaguardando os interesses destes. Aqueles que não possuíam laços suficientes com os representantes da justiça, não podiam usufruir dela. Por exemplo, quando Antônio Luís Pereira, senhor do Engenho Santo Antônio da Boa Vista, recorreu à corte para estabelecer suas fronteiras, seus vizinhos subornaram o juiz encarregado de fazer a avaliação do local, parcializando o caso. Em 1732, o Coronel Bernabé Cardoso Ribeiro teve seu engenho posto em leilão para saldar suas dívidas, sem seu consentimento, e outorgado ao sobrinho do juiz encarregado do caso, Miguel Moniz Barreto. Cardoso Ribeiro se negou a esvaziar seu engenho e teve seu equipamento destruído, plantações queimadas e sua mão de obra escrava aterrorizada por Moniz Barreto e seus escravos.

Schwartz (op. cit.) também afirma que as relações entre senhores de engenho e lavradores eram diversas. Os lavradores mais ricos eram independentes e podiam cultivar sua própria cana, apenas faltava-lhes o engenho para seu processamento. Podiam barganhar com vários senhores de engenho e possuíam tratamento preferencial. Contratos normalmente eram estabelecidos em 50% da cana processada para o dono do engenho e 50% para o lavrador. Entretanto, muitas pessoas não dispunham do capital necessário para ser independentes, tendo que alugar uma porção de terra ao senhor de engenho. Assim, deveria ser pago adicionalmente um terço ou um quarto de sua porção



correspondente do bem processado. Do total de açúcar produzido, o lavrador não-independente retinha apenas 16.5% a 37.5%. Abusos de poder eram recorrentes. Às vezes o senhor de engenho não dividia corretamente as porções de açúcar, ou selecionava para si o de melhor qualidade. Misturava-se a cana de distintos lavradores para equalizar a qualidade, privando ao bom lavrador de seu empenho e premiando aquele que oferta um produto pior. Além disso, eram muito frequentes os atrasos no processamento da cana, arruinando toda uma safra. Os lavradores não tinham vantagem de recorrer à justiça, tendo que muitas vezes exercer pressão retendo a cana. Mesmo assim, o balanço das forças sempre pendeu para a classe dos senhores. Muitos lavradores aspiravam construir seus próprios engenhos. A classe dos senhores preocupava-se com a proliferação de novos moinhos já que isso pressionaria a disponibilidade de matérias primas e lavradores. Os entrantes se beneficiavam da nova tecnologia de três cilindros, que permitia a construção de engenhos menores. Os senhores de engenho decidiram então vender terra sob encargos e obrigações que continuamente deveriam ser cumpridos pelos adquirintes. Incluíam restrições à disponibilidade de cana, madeira ou impedimentos à construção de engenhos. Em 1613, por exemplo, Martim Lopes adquiriu 400 braças de terra próximas ao Engenho Sergipe.<sup>7</sup> No contrato, o adquirinte não estava autorizado a construir um engenho sem o consentimento dos vendedores. Sua cana permanecia então cativa. Os adquirintes podiam adicionalmente comprar a liberdade de sua cana ao pagar uma soma de dinheiro ao proprietário do engenho. Apesar disso, muitos lavradores usufruíam ilegalmente de sua cana e vendiam para outros engenhos, a despeito do contrato com seus senhores.

A lei portuguesa sobre herança de propriedades não contemplava direitos de primogenitura. O matrimônio pautava-se na comunhão de bens, de maneira que no falecimento de um dos membros do casal, metade da propriedade era destinada ao sobrevivente, dois terços da outra metade para os herdeiros, e um terço remanescente para qualquer pessoa contemplada em testamento. A necessidade de dividir a propriedade igualmente entre os herdeiros arriscava a integridade da terra, pela perda de tamanho. A legislação da metrópole previa formas de preservar o tamanho da propriedade, como a *capella*, dando justificativas eclesiásticas para a preservação do território, e o *morgado*<sup>8</sup>, de motivos seculares. Além disso, quando não eram possíveis

---

<sup>7</sup> 1 braça = 2,2 m

<sup>8</sup> Morgado: vínculo dado a certos bens que deveriam ser transmitidos ao primogênito sem que este os pudesse vender.

tais recursos, os herdeiros operavam conjuntamente a produção, ou optavam por adquirir os direitos uns dos outros. Ainda, os senhores de engenho eram legalmente protegidos da expropriação como forma de honrar dívidas. O privilégio era contemplado na lei de 1636, prevendo que as dívidas sejam atreladas apenas à produção. Desta maneira, quando o preço internacional do açúcar caía, os comerciantes não podiam confiscar o capital imobilizado composto pelo engenho. A legislação foi renovada em 1663, 1673, 1681, 1686, 1690 e 1700. Estendeu-se para os lavradores de cana em 1723. Negociantes alegavam que lhes tomaria de “40 a 50” anos para recuperar seu dinheiro. Tornaram-se então avessos à conceder crédito, aumentando seus juros de empréstimo (SCHWARTZ, op. cit.).

Ainda, segundo Schwartz (op. cit.), em 1660, dada as pressões competitivas do açúcar antilhano, os senhores de engenho exigiram a proibição do estabelecimento de novos engenhos com o argumento de que sua saturação, ao construírem-se muito próximos entre si, consumia o estoque disponível de lenha, pasto e cana, afetando a competitividade do setor açucareiro como um todo. Ainda, havia a impressão de que muitos lavradores de terra ricos, abdicavam de tal posição para tornarem-se senhores de engenho pobres, pelo simples reconhecimento social que advinha de tal condição. Em 1680, finalmente foi aprovada uma lei proibindo o estabelecimento de engenhos com menos de 33 km de distância entre si. O sistema de frotas navais da coroa portuguesa, alterava a relação entre credores e devedores durante o ciclo do açúcar. Quando a frota se atrasava, o preço do açúcar diminuía, pois os plantadores não desejavam acumular estoques. Quando a frota chegava, o preço do açúcar imediatamente se elevava pois nenhum capitão desejava voltar de mãos vazias. Os comerciantes decidiam então coletar de seus devedores antes da chegada da frota. Como seu confisco sobre a produção deveria ser leilado, lhes era vantajoso que o açúcar esteja subavaliado. Após queixa dos plantadores, uma lei de 1665 exigia que os leilões ocorressem apenas com a chegada da frota.

### 5.1.2. Sesmarias e Posses no Brasil Império

A chegada da corte portuguesa ao Brasil contribuiu para infringir a propriedade daqueles que viviam no Rio de Janeiro. A coroa desalojou inúmeras pessoas para acomodar seus milhares de fidalgos, aos quais se lhes assignou casas para seu uso. Também foram distribuídas sesmarias arbitrariamente (ABREU; LAGO, 1997; DEAN, 1971).

Em 1822, foi abolido sistema sesmarial por entender que vulnerabilizava o domínio público à concessões arbitrárias. No entanto, era necessário encontrar uma solução alternativa. No Brasil da época, ainda existia uma vasta quantidade de terra correspondente ao império. Muitos títulos de sesmarias haviam expirado pois não cumpriram com as condições de concessão, enquanto outras eram irregularmente grandes pela incorporação de terras públicas adjacentes. Inúmeros ocupantes ilegais reivindicavam terras por posse, embora estas fossem maiores que as de concessão formal de sesmarias. Alguns exigiam a regularização de porções de terra de até 30 léguas quadradas. Por anos, não foi possível encontrar um substituto adequado para o regime sesmarial. A Câmara de Deputados era dominada pela oposição liberal ao governo que aprovou diversas medidas sem sucesso. O regime de incerteza influenciava governadores locais a continuar concedendo sesmarias ilegalmente como forma de apaziguar opositores que poderiam ocasionar rebeliões. Estes anseavam pela validação incondicional de suas sesmarias ou posses. Em 1845, cerca de 44% da terra na província de Minas Gerais pertencia à posses, enquanto somente 20% dela continuava sem estar distribuída. No Piauí quase toda a terra era composta de posses enquanto as evidências de ocupação não passavam de simples trilhas, corrais ou poços. A demanda por uma adequada lei da terra emanava dos plantadores de café, herdeiros das sesmarias coloniais, e dos burocratas da corte que muitas vezes estavam ligados à classe dos cafeicultores. Posseiros representavam uma ameaça pois competiam com os cafeicultores por crédito e mão de obra. Existia o temor de que eventualmente começassem a competir no plantio de café. Em 1842, a classe cafeicultora era o elemento mais forte do Partido Conservador, o que lhes permitiu formar um ministério. (DEAN, op. cit.)

Dean (op. cit.) afirma que a pressão inglesa pela abolição da escravatura, estimulou os cafeicultores a buscar a mão de obra européia. Entretanto, anseavam por uma legislação agrária que force os imigrantes a vender seu trabalho nas plantações. Uma primeira proposta, elaborada ainda em 1842, no Conselho de Estado, determinava que as terras do império somente poderiam ser alienadas por meio da aquisição, e estas, vendidas a um valor acima do mercado. Lotes de terra imperial à ser vendidos não poderiam ser menores que um quarto de légua quadrada. Além disso, imigrantes subsidiados não poderiam adquirir terra em seus primeiros três anos no Brasil. A proposta foi enviada à Câmara de Deputados em 1843, obtendo pouca rejeição. Entretanto, o Gabinete do Império adicionou ao projeto original o requerimento de uma avaliação jurídica para a regularização de terras. Tanto a revalidação de sesmarias como legitimação de posses deveriam pagar um imposto de 360 milréis por légua quadrada. Posses somente poderiam ser legitimadas em até meia légua quadrada, ou duas léguas quadradas quando tratava-se de um rancho. Os adendos, no entanto, chocaram os deputados. Na versão final do projeto, posses com mais de vinte anos poderiam ser regularizadas como qualquer outra sesmaria, independentemente de seu tamanho. A exigência de avaliação jurídica foi anulada e a taxa reduzida em 75%. A punição para ocupantes seria aumentada. O ministério dos conservadores caiu antes de aprovar o projeto no senado. Após sucessivos governos liberais, os conservadores retornaram ao poder apenas em 1849. A nova versão da lei no Senado, elaborada em 1850, contemplava os elementos da antiga, mas permitia que a terra pública, subdividida em lotes de 250 braças quadradas, fosse leiloada, podendo muitas vezes ser vendida a preços baixos. Os motivos por trás da mudança de proposta residiam na relutância dos europeus em embarcar para o Brasil. Posses não poderiam ser maiores que as sesmarias revalidadas no mesmo distrito e deveriam ser declaradas em oficinas de registro. A taxa de validação era metade daquela estipulada em 1843 e o posseiro não poderia hipotecar ou vender sua terra antes de pagar o tributo. Em setembro do mesmo ano, o projeto foi aprovado e passou a valer como lei vigente.

Ainda, segundo Dean (op. cit.), a legislação de 1850 foi parcialmente executada. Pouquíssimas sesmarias ou posses foram legalizadas cumprindo os requisitos estipulados pela lei. Ainda em 1878, o Ministério da Agricultura admitiu que o número de concessões revalidadas ou posses legitimadas era mínimo. O governo carecia de recursos para corretamente demarcar a terra pública de maneira que não era capaz de

sancionar anexantes e invasores. Em vez disso, as autoridades se dedicaram a simplesmente catalogar postos militares e estradas, assim como a subdividir as colônias de imigrantes subsidiados. A usurpação da terra pública continuou a ser praticada ao longo dos anos. Aquisições eram raras. O único triunfo da lei de 1850 foi em vender pequenas propriedades para companhias de colonização. Tais empresas foram capazes de adquirir cerca de um terço da Província de Santa Catarina e grandes áreas do Rio Grande do Sul e Paraná.

### 5.1.3. O Caso da St. John d'el Rey Mining Company

Triner (2007) realizou um estudo de caso sobre a “St John d'el Rey Mining Company” que foi uma empresa britânica independente estabelecida com o objetivo de extrair ouro no Morro Velho, próximo à atual cidade de Nova Lima, em Minas Gerais. Desde sua primeira aquisição, em 1834, até à venda de seus ativos, em 1960, a empresa adquiriu cerca de 60 propriedades em centenas de transações econômicas. Administrava seu capital meticulosamente, pela documentação de todas as suas transações, de maneira a guardar histórico de seus direitos sobre a terra, madeira, mineração ou abastecimento de água. A St John d'el Rey Mining Company foi a empresa britânica com concessão imperial que se manteve por maior período de tempo atuando no Brasil. As demais tiveram uma vida média de 26,5 anos. A experiência da firma envolvendo transações econômicas para aquisição e garantia de suas posses, durante os séculos XIX e XX, demonstrou um cenário de direitos de propriedade mutualmente inconsistentes no Brasil: Leis estabelecidas ainda durante o período colonial, protegiam a integridade dos ativos fixos.<sup>9</sup> Paralelamente, era obrigatória a divisão igualitária da herança à todos os beneficiários legalmente reconhecidos. Embora a carta régia de 1817 tenha autorizado a formação de parcerias comerciais (*joint-stock*), suas consolidações estiveram comprometidas pela combinação excludente entre as leis de indivisibilidade de ativos com as de herança. Da mesma forma, era problemática a separação entre direitos de propriedade da superfície, com a propriedade do subsolo. O Estado, desde o período colonial, detinha direito sobre qualquer recurso não renovável advindo do subsolo. A

---

<sup>9</sup> Similar ao período da economia açucareira, a legislação referente à integridade de ativos fixos foi estendida às atividades mineradoras, em 1603. Era vedado o acesso independente ao filão de mineração. Da mesma maneira, as vias de acesso às minas não exploradas, eram indivisíveis. A Lei da Trintena, de 1752, protegia concessionárias de no mínimo 30 escravos trabalhando em minas, contra expropriação de credores. Logo, em 1803, com o declínio da mineração, foi ampliada à todas as operações destinadas à extrair ouro. Ver: Triner (2007 p. 45)

união entre propriedade superficial e subterrânea só viria à ser contemplada na constituição republicana de 1891. A constituição imperial de 1824, previa direitos de mineração à empresas estrangeiras. A extração do ouro era permitida mediante imposto de 20%,<sup>10</sup> que era aplicado à todas às atividades de mineração, com adicional de 5% para companhias vindo de fora. Além disso, requeria-se que um terço das participações (no caso de empresas joint-stock) e empregos sejam ofertados à brasileiros.

Como a St. John d'el Rey Mining Company possuía uma concessão para extrair ouro em Minas Gerais, estava isenta da necessidade de adquirir concessões adicionais para minerar em outras localidades da província. Não obstante, pelas leis que protegiam a integridade dos ativos fixos, a empresa teve que concentrar esforços para adquirir os direitos de acesso de outros mineradores. Também se viu na necessidade de adquirir a terra na superfície de suas operações e as propriedades adjacentes, para impedir intrusos nas escavações e garantir insumos cruciais como madeira e água. A companhia também teve que dedicar seu tempo a reconstruir propriedades originais, divididas em sucessivas gerações de herdeiros. Iniciou sua segunda operação em 1834, ao adquirir os direitos de um dos dois donos da propriedade “Mingú”. Começou a aquisição da propriedade do segundo em 1862. A última transação para reconstruir a propriedade original de ambos, com a compra dos direitos de quatro gerações hereditárias de cada, somente aconteceu em 1898. A St. John d'el Rey Mining Company normalmente resolvia pacificamente seus conflitos com pessoas que tentavam usufruir de seus recursos. Era usual que indivíduos morassem, plantassem e praticassem diversas formas de ocupação sobre a terra da empresa. Antigos donos e seus herdeiros mantinham direitos de acesso às propriedades sem comprometer às operações. No entanto, oportunismos e falta de especificidade na segurança contratual, deixava a empresa exposta à ações legais. Processos judiciais poderiam levar décadas para ser resolvidos. Tanto conflitos simples como comprar a mesma terra duas vezes ou problemas complexos como reclamações de herdeiros sobre terras já vendidas, eram passivos de disputa jurídica. (TRINER, op. cit.)

Triner (op. cit.) encontrou que, em 1868, uma ação judicial permitiu que a “Fazenda Gorduras” fosse dividida entre a viúva do dono e seus herdeiros. Desta maneira a viúva podia vender sua terra separadamente. Em 1901, a companhia comprou a terra dos herdeiros e logo após, a terra da viúva. Não obstante, a viúva incluiu no

---

<sup>10</sup> Ver seção 5.2.1.

contrato de venda uma porção de terra previamente vendida aos outros herdeiros, sem propriamente registrá-la. Teve que recorrer-se à corte, tendo a situação somente regularizada em 1920. Outro caso problemático para a empresa veio da aquisição da propriedade “Morro Velho e Pedro Paulo” de Dona Antonia Gertrudes da Fonseca e seu marido. Dona Antonia, ao não ter herdeiros diretos, ordenou a doação de sua porção de terra à Capela de Piedade, com a condição de que seus escravos e descendentes usufruam dela por dez gerações. O marido de Dona Antonia, ao morrer, em 1842, deixou sua terra a um único herdeiro. A St. John d’el Rey Mining Company adquiriu a terra de um sucessor desse herdeiro, em 1911. A companhia especificou não haver comprado a propriedade correspondente à capela e ainda enfrentou alguns conflitos judiciais com reclamantes em 1920 e 1938. Não obstante, em 1951, a empresa teve que lidar com invasores que clamavam ser descendentes dos escravos de Dona Antonia, 40 anos após a aquisição e 112 anos após a divisão original das terras. O problema foi resolvido apenas em 1954.

Em 1877, a St. John d’el Rey Mining Company adquiriu 95% da propriedade “Cuiabá” dos herdeiros do inglês, John Pennycok Brown. Em 1878, adquiriu os restantes 5% pertencentes ao sócio brasileiro de Brown. No mesmo ano, a companhia peticionou o direito de minerar 797 lotes abandonados da propriedade. Em 1879, outra empresa britânica reclamou por 146 lotes dos 797 concedidos à St. John d’el Rey Mining Company. Embora a companhia tenha ganhado o caso, teve que voltar a se defender em 1900, pagando aos reclamantes para que deixem o caso. Posteriormente, os herdeiros de Brown também tentaram exercer direitos sobre os lotes de extração. Casamentos entre herdeiros e falta de demarcação de territórios criaram disputas irresolvíveis. A St. John d’el Rey Mining Company continuou adquirindo os direitos de possíveis herdeiros até 1933. Ainda em 1936, a empresa teve que lidar com Abdo Abjaudi, que havia comprado os direitos de dois possíveis herdeiros. Abdo estava destruindo a propriedade para fabricar carvão. Enquanto a companhia tramitava uma divisão judicial da propriedade em 1940, Abdo já havia adquirido direitos de herdeiros totalizando 50% do valor da propriedade Cuiabá. A St. John d’el Rey Mining Company não seguiu adiante, negociou com Abdo, e vendeu seus ativos em 1960. (TRINER, op. cit.)

#### 5.1.4. Expansão do Sufrágio e Surgimento do Coronelismo

De acordo com Love (1970), as primeiras tentativas de estabelecer um regime democrático-representativo no Brasil, foi resposta às tendências européias de expansão do sufrágio, a partir de 1789. Durante o regime colonial, os únicos oficiais eleitos no Brasil eram membros dos conselhos municipais ou juízes locais. Com a independência e a constituição de 1824, cria-se um parlamento nacional. A capacidade do imperador de intervir em praticamente todos os assuntos da esfera política afastava o aparato representativo do Brasil daqueles pautados em monarquias constitucionais. O imperador Dom Pedro I podia escolher seus ministros de estado e presidentes das províncias. Possuía poder de veto sobre legislação e autoridade para direcionar o gasto público. O imperador tinha delegação para escolher magistrados, bispos e embaixadores. Tinha ainda a capacidade de dissolver a câmara de deputados e de declarar paz e guerra. Até 1881, deputados e senadores eram escolhidos via eleições indiretas e de cada três senadores, o imperador poderia escolher um para exercer cargo vitalício, independentemente do número de votos. O direito ao voto era concedido à homens maiores de 25 anos que antendessem exigências de renda mínima. Os sufragistas eram divididos em *votantes*, restritos à escolher conselheiros municipais e *eleitores*, que escolhiam representantes na esfera provincial e nacional. A categoria dos votantes foi abolida com a Lei Saraiva, de 1881. Apesar da intenção de incrementar a participação política com a nova lei, as pessoas que efetivamente podiam votar ao fim do império representavam menos de 1% da população.

Com a proclamação da república, em 1889, o processo político rumou em direção à maior democratização. A partir deste momento, passaram a existir eleições diretas para escolha de prefeitos, governadores e presidentes, nas esferas municipal, estadual e nacional, respectivamente. O sufrágio foi estendido à homens alfabetizados maiores de 21 anos. Paralelamente, iniciou um processo de descentralização administrativa, delegando maior autoridade às esferas estaduais e municipais. Em 1868, o governo imperial ainda recebia 80,8% das receitas fiscais, delegava 16,7% para as províncias e proporcionava 2,5% para os municípios. Em 1910 os números modificaram-se para 59,9%, 21,5% e 18,6%, respectivamente. Apesar do aumento do eleitorado em proporção à população aumentar de 0,89%, em 1886 para 2,7%, em 1898, o direito ao voto ainda era muito restrito. Boa parte da restrição advinha da taxa de



alfabetização da época de apenas 14,8%, em 1890. Em 1920, a taxa de alfabetização ainda era 24,5%. A descentralização promovida pelo federalismo teve como efeito o fortalecimento das oligarquias agrárias, beneficiadas com a liberdade de ação requerida para as economias regionais de exportação. Durante a velha república, o presidente garantia aos governadores que seus partidos sempre venceriam as eleições em suas respectivas jurisdições caso apoiassem tanto seu sucessor como suas políticas no congresso, normalmente voltadas aos setores agrários (LOVE, op.cit.). Na Tabela 4, é possível observar vitórias praticamente absolutas em quase todas as eleições do período.

Tabela 4: Eleições Presidenciais no Brasil de 1894 à 1960

<b>Data da Eleição</b>	<b>Presidente Eleito</b>	<b>% dos Votos para o Vencedor</b>
01/03/1894	Prudente de Moraes	84.3
01/03/1898	Manuel F. Campos Sales	90.9
01/03/1902	F. Rodrigues Alves	91.7
01/03/1906	Afonso Pena	97.9
01/03/1910	Hermes da Fonseca	64.4
01/03/1914	Venceslau Brás	91.6
01/03/1918	F. Rodrigues Alves	99.1
13/06/1919	Epitácio Pessoa	71.0
01/03/1922	Artur Bernardes	56.0
01/03/1926	Washington Luís	
	Pereira de Sousa	98.0
01/03/1930	Júlio Prestes	57.7
02/12/1945	Eurico Gaspar Dutra	52.4
03/10/1950	Getúlio Vargas	46.6
03/10/1955	Juscelino Kubitschek	33.8
03/10/1960	Jânio Quadros	44.8

Fonte: Love (1970) usando os dados de Ramos (1961)

Ainda, segundo Love (op. cit.), figuravam abaixo dos governadores, chefes locais, os *coronéis*: normalmente latifundiários com capacidade de influenciar a esfera econômica, social e política de seus distritos. A democratização durante uma época em que 90% da população brasileira ainda era rural, lhes conferiu maior poder político que no período imperial, ao permitir-lhes instruir seus dependentes em quem votar, assim

como estabelecer o *voto de cabresto*: abuso da expansão do sufrágio para fraudar eleições, convocando votantes analfabetos, não-cidadãos, defuntos e pessoas não-existent.

Como Leal (2012) aponta, o poder de influência do coronel advinha de seu vasto número de dependentes; normalmente, pessoas em estado de pobreza, ignorância e abandono, dependentes de sua terra para subsistência. Os roceiros, ou fazendeiros *remediados*, compunham a maioria da população rural:

“Gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para prosseguir em suas atividades lucrativas.”

Ainda, segundo Leal (op.cit.), apenas o proprietário de gado ou terras possuía meios para obter financiamentos. Dessa forma, o roceiro apelava ao coronel em momentos de aperto econômico, pedindo dinheiro emprestado ou comprando fiado de seu armazém com promessa de pagamento no momento da colheita.

Na Tabela 5, é possível observar a distribuição da propriedade da terra de acordo com o censo agrícola de 1940. É notório o papel predominante do latifúndio no meio rural brasileiro da época.

Tabela 5: Censo Agrícola de 1940

Área	% Sobre o Número Total	% Sobre a Área Total
Superpropriedades latifundiárias (1000 ha e mais)	1.46	48.31
Grandes propriedades (entre 200 e 1000 ha)	6.34	24.79
Médias propriedades (entre 50 e 200 ha)	17.21	15.90
Pequenas propriedades (entre 5 e 50 ha)	53.07	10.45
Minifúndios (menos de 5 ha)	21.76	0.55

Fonte: Leal (op. cit.) usando os dados de Costa Pinto (1943)

Lutas entre coronéis eram recorrentes para assumir o controle político conferido aos representantes locais do partido do governador de estado. Estes, permitiam a violência entre grupos conflitantes para escolher seus porta-vozes na esfera local. A recompensa econômica de assumir o comando dos municípios era maior durante a república, em termos de receitas fiscais. Quando um grupo assumia o poder, os guardas do coronel vitorioso, os *capangas*, assumiam a responsabilidade de enforçar sua autoridade na região. Não existia burocracia racionalizada, livre de estruturas pessoais e favoritismos, nesse entorno. Coletores de impostos, professores, oficiais da lei, juizes e toda a população rural do Brasil compreendia que seu bem-estar dependia de seu alinhamento com a vontade do coronel. (LOVE, op. cit.)

## 5.2. LIMITES À AÇÃO DO ESTADO E INCAPACIDADE GERENCIAL

Outro aspecto que diz respeito ao formato das instituições de propriedade de um país é a relação dos indivíduos com o Estado, de maneira que o objetivo desta seção está em estudar o aparato fiscal do governo colonial e imperial para medir o quão restringido era a autoridade governamental sobre a propriedade dos cidadãos.

### 5.2.1. Economia do Açúcar

Segundo Abreu e Lago (1997), o primeiro arcabouço institucional estabelecido no Brasil remonta ao estabelecimento do governo colonial na Bahia, em 1549 com a nomeação do provedor-mor da fazenda: o principal representante da coroa no território colonial. Era dever do provedor estabelecer uma alfândega, com registro de receitas, despesas, regulações, e provisões referentes à cobrança de direitos. Também deveria ser estabelecida uma casa de contos (tesouro real) com registro de receitas e títulos, assim como regimentos, forais, provisões, salários, contratos e rendas. Exigia-se o estabelecimento de casas de contos similares em todas as capitanias da colônia, demandando prestação anual de contas aos provedores de cada capitania. Quando se solidificou o aparato legal-burocrático na colônia, a coroa atingiu seus objetivos de garantir extração de renda do Brasil. O principal imposto estabelecido foi o dízimo (um décimo) sobre a colheita de cana a ser pago pelo senhor de engenho à Ordem de Cristo,

que representava a coroa. Era cobrado em açúcar. Dessa forma, tratava-se de um imposto sobre a produção. Existiam também taxas para entrada de açúcar na metrópole, como a *dízima* e a *sisá*, totalizando 20% do açúcar importado desde Portugal. A importação de escravos também era taxada no momento de seu embarque nos portos africanos, aumentando o preço final quando chegava ao Brasil. Quando houve a união das duas coroas ibéricas, em 1580, foi criado o consulado, com adicional de 3% aos encargos tarifários. Tal imposto visava financiar a construção de navios de guerra para proteger as rotas comerciais. Com o mesmo intuito, foi criada posteriormente a *averia*. Depois de 1630, ocorre um aumento generalizado da taxa para recuperar o nordeste brasileiro da guerra com os holandeses. O mesmo em 1649, para financiar um novo sistema de frota naval. O acordo de paz definitivo com a Holanda, em 1661, exigiu o pagamento de indenizações pela guerra. Ainda, para incentivar a geração de renda a ser extraída, a coroa realizava periodicamente leilões para conceder monopólios de vendas em Portugal aos exportadores de pau-brasil, produtores de sal e tabaco, assim como à caçadores de baleias.

### 5.2.2. Ciclo da Mineração

Boxer (1962), citando os escritos do Padre Antonil, de 1711, expõe que durante os primeiros anos de descoberta do ouro, a autoridade não era exercida corretamente na região mineradora. A população vivia em condições anárquicas, obedecia à normas locais e crimes como assassinato e roubo eram impunes. Os lotes de mineração não eram assegurados pela justiça. Mineradores poderosos, dotados de escravos armados, podiam usurpar os lotes daqueles que não possuíam nenhum, pelo simples fato destes conterem ouro em maior quantidade. O influxo de pessoas era tão alto, que dada as condições do solo, os alimentos escasseavam na região. Muitos viajantes arriscavam tudo e viajavam sem provisões. Mortes por inanição eram recorrentes. Como muitos viajantes entravam em Minas Gerais com escravos, a carência de mão de obra já começava a ser sentida nas plantações da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. A coroa também suscitava preocupação em como arrecadar impostos de uma região sem império da lei, carente de qualquer estrutura burocrática. O governo não foi capaz de exercer qualquer controle econômico por mais de uma década após o início da corrida pelo ouro. Tentou-se, com pouco sucesso, limitar o tráfego de pessoas ligadas à expansão

mineradora. Suspendeu-se a construção de uma rota mais curta, que ligava a capitania do Espírito Santo às minas e fechou-se a rota do Rio São Francisco, a despeito de ser a principal fonte de abastecimento para a estrutura mineradora. Passou-se a exigir um passaporte, assinado pelos governadores gerais da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ainda, tal documento era para ser concedido apenas à pessoas de influência. Na prática, nenhuma das restrições podia ser enforcada. As rotas eram muito fáceis de ser desviadas e a maioria dos oficiais paulistas cooperava com os vaqueiros que entravam na região para vender seu gado à altíssimos preços.

Russell-Wood (1987) afirma que exportações de escravos à Minas Gerais foram proibidas, assim como sua venda à paulistas. O banimento de escravos foi retratado pela coroa e substituído por uma cota máxima de 200 escravos ao ano para entrar em Minas Gerais. Posteriormente liberou-se a exportação de escravos do Rio de Janeiro para a região mineradora. Diante da insatisfação de outras capitanias, pelo monopólio desleal concedido à Rio de Janeiro, finalmente permitiu-se a comercialização condicional de escravos. Estes não poderiam ter sido retirados de plantações, salvo quando repostos em número equivalente. O autor também encontra que o interesse da coroa em estabelecer um aparato administrativo na região mineradora residia na necessidade de prover governança a nível local e regional, ministrar justiça, enforçar a lei e cumprir objetivos eclesiásticos como forma de combater o estado vigente de privação e anarquia. Foi permitido ao governador-geral instaurar *vilas* em Minas Gerais como forma de prover localmente ordem e lei: Consistiam em pequenos núcleos isolados e dispersos de influência administrativa que ajudaram a estabilizar a região. Também foi necessária a criação de novas capitanias, a medida que crescia a importância de territórios no interior. Ainda, como as populações migravam de lugar a outro subitamente, foi preciso demarcar *comarcas*, que funcionavam como distritos judiciais. Complementarmente, foi autorizado o sistema de *juntas*, para deliberação da justiça. Consistia em uma comissão entre o governador, o oficial sênior do tesouro da capitania e o juiz real sênior da comarca. Instaurou-se uma segunda *Relação* (tribunal apelativo) no Rio de Janeiro para corrigir as injustiças deliberadas pela já existente em Salvador: No passado, lobistas apelavam à única corte existente para que juízes deliberassem arbitrariamente em favor deles na resolução de disputas, apostando que o adversário não possuía os devidos recursos para se defender.

Ainda, segundo Russel-Wood (op. cit.), os esforços por enforçar a lei da região mineradora, na prática, estiveram longe de serem eficazes. A escassez de magistrados era alarmante. Para ascender ao cargo de *ouvidor* (juíz da coroa) era requerido um extenso treinamento nos aspectos legais e administrativos da governança real. Desta forma, a muitos ouvidores se lhes atribuía funções não judiciais, dada a falta de funcionários públicos, consumindo seu tempo. Era comum que juízes da coroa supervisionassem a arrecadação de impostos ou concessões, a despeito de existirem cargos específicos para essas áreas. Não era raro que muitos criassem laços pessoais lucrativos em suas áreas de jurisdição. Quando se tratava de levar magistrados para longe de seus locais de residência, a coroa falhou diversas vezes em determinar um salário adequado que compensasse o maior custo de vida no interior. O arranjo resultou em deterioração da qualidade da justiça.

De acordo com Boxer (op. cit.), promulgou-se um código de mineração a ser enforçado até o final do período colonial. Era garantido o direito de usufruir das duas primeiras *datas* (nome dado aos lotes de mineração) ao primeiro que encontrasse ouro em local inexplorado. A terceira data era concedida à coroa, e a quarta ao seu representante na colônia, o guarda-mor. Cada uma media 30 braças quadradas. As demais datas eram distribuídas em proporção à quantidade de escravos que cada minerador possuía. A data da Coroa era leiloada e o ganhador poderia explorá-la por conta própria. Após a distribuição, os mineradores podiam vender, comprar e efetuar trocas ou estabelecer parcerias. Antonil (1711) relata que tal sistema ocasionava distorções. Um minerador podia extrair ouro em enormes quantidades a partir de tão somente algumas braças, enquanto outros conseguiam muito menos apesar de possuírem muitas braças. Ainda, uma pessoa podia vender sua data à 125 onças de ouro, por exemplo, para que posteriormente o comprador extraia 224 libras.<sup>11</sup>

A exploração do ouro era uma atividade, por natureza, arriscada. Retornos eram mais incertos para o minerador, que para o senhor de engenho da costa, por exemplo. A possibilidade de enchentes, secas, presença de rochas no lote ou a falta de garantia de que determinada área abrigasse riquezas consistiam fatores de risco. Além disso, na atividade mineradora, a razão da mão de obra qualificada em relação à não qualificada era muito maior que no setor açucareiro. O trabalhador assalariado era pago em ouro, e

---

<sup>11</sup> 1 onça = 28g  
1 libra = 453g

este tinha seu preço determinado pela coroa. Assim, o investimento em mineração costumava ser financiado à crédito. O ambiente de incerteza era agravado ainda mais pelas políticas governamentais que visavam o aumento de receitas pela coleção de tributos. A arrecadação fiscal visava a obtenção da quinta parte de todo o ouro extraído na região para a coroa. O *quinto* poderia ser coletado indiretamente na forma de imposto de capitação. Tal método era lento pois compreendia uma taxa geral fixa sobre escravos, lojas, tabernas, casas de abatimento ou pequenas propriedades de cultivo. A coleta poderia demorar de dois a três anos. Alternativamente poderia ser coletado de forma direta e rápida nas casas de fundição, aonde os mineradores levavam seu ouro e deixavam a quinta parte para o governo. A coroa, na busca pelo método perfeito, alternou diversas vezes entre os sistemas. Pelo menos doze mecanismos diferentes foram experimentados em um custoso período de sucessivas revogações e modificações de decretos ao longo de 30 anos. Ambos os métodos, entretanto, sujeitavam os mineradores à extorsão dos oficiais da coroa: o imposto de capitação, por exemplo, deveria ser coletado duas vezes ao ano, mas muitas vezes era adiantado pelos oficiais. As altas multas por atrasos de pagamento não discriminavam entre os que deliberadamente tentavam evadir impostos, com os que não conseguiam pagar a tempo. Quando o ouro produzido deveria ser levado às casas de fundição para pagar o quinto, os mineradores queixavam-se de perder receita por afastar-se de suas instalações, por estarem expostos a roubos no caminho, e por atrasos de parte dos oficiais no processo de contabilizar o ouro. A inconsistência da legislação tributária trazia uma atmosfera de incerteza para o comércio em Minas Gerais. Os períodos de transição entre coleta por capitação para coleta em casas de fundição ocasionavam abusos por parte dos credores. Estes, pressionavam seus devedores a pagar antes que as casas de fundição começassem a operar, para que não percam a quinta parte. Alguns oficiais da coroa, padres e negociantes já se anteviam e exigiam o acréscimo de um quinto nos pagamentos, a despeito de contratos estabelecidos no período do imposto por capitação. Muitos devedores ficaram insolventes e se viram na necessidade de fugir para o sertão (RUSSELL-WOOD, op. cit.).

Russel-Wood (op. cit.) também nota que o contrabando era decorrente da própria natureza do ouro, da ineficiência administrativa, do terreno e da avareza humana combinadas. Existiram, no período colonial, casas de moeda e fundição não autorizadas. Falsificavam-se moedas como os *dobrões* que valiam 24\$000 e 12\$000 e fundiam-se

barras de ouro não tributado. Era comum a depreciação do pó de ouro com a introdução de metais como o alumínio, ou sua apreciação colorizando-o artificialmente para aumentar seu valor de dez *tostões* para doze.<sup>12</sup> Era vedada a saída do ouro não-fundido de Minas Gerais. Inúmeros subterfúgios foram utilizados por negociantes e transportadores de gado para levar ouro não taxado às cidades portuárias. Introduzia-se pó de ouro em utensílios domésticos, correntes, braceletes e objetos religiosos. O fracasso administrativo que permitia a circulação paralela de moedas e pó de ouro em Minas Gerais, dava brecha para que negociantes de Salvador e Rio de Janeiro lucrem comprando todo o pó de ouro da região mineradora com moedas cunhadas nas cidades costeiras e trazendo-o de volta clandestinamente. A coroa, preocupada com a arrecadação, não se conteve em restringir certa camada da população vista como uma ameaça potencial ao aparato fiscal. Em 1730, com medo do contrabando de ouro, o rei ordenou que nenhum ourives entre em Minas Gerais, assim como a expulsão dos já instalados. Posteriormente permitiu-se aos ourives que já não estavam trabalhando com fundição permanecer na região, mediante assinatura de documento que comprovasse sua renúncia ao ofício. Em 1732, governador de Minas Gerais ordenou a expulsão de negros e mulatos livres da comarca de Serro do Frio. Nos conselhos municipais, rejeitava-se tal medida pois alegava-se que tal camada da população contribuía valiosamente para a base fiscal da comarca. Em setembro desse ano, o governador é substituído e revogou-se a ordem de expulsão.

Como Silva (1987) expõe, o comércio ilegal estava sabotando a política econômica portuguesa por meio do contrabando de ouro e pela informalidade na exportação de produtos coloniais e importação de manufaturas. Ainda, o medo da proliferação na colônia de indústrias destinadas a produzir vestimentas de luxo e bordados de ouro e prata levou o diplomata e político português, Martins de Mello e Castro a publicar simultaneamente um alvará, em 1785, endurecendo a política de combate à fraude e contrabando e outro proibindo qualquer tipo de fábrica têxtil, com exceção daquelas destinadas à vestimenta de escravos ou envoltura de produtos para exportação.

A condição de isolamento vivida pelos habitantes de Minas Gerais e sua necessidade de importar insumos básicos e alimentos foi usada como vantagem pelo

---

<sup>12</sup> Dobrão: moeda portuguesa que circulou entre 1707-1750

1 tostão = 80 réis



governo real. Todos os pontos de entrada de produtos importados à região eram supervisionados. Os monopólios da coroa em sal, vinho e azeite de oliva representavam um custo adicional aos habitantes da região mineira. O governo real adotava uma política de *tax farming*: contrato que proporcionava isenção tributária por três anos, leiloado ao melhor ofertante, para que este execute a função de coletar impostos para a coroa. Para cobrir o custo de tais contratos, as taxas eram altas e coletadas de maneira cruel. As tarifas incidiam no peso ou volume do bem importado, ao invés do valor. O arranjo resultava oneroso para os mineradores, que, dada a proibição das manufaturas, eram obrigados a importar insumos como enxadas, ferro e pólvora, por exemplo. O regime tarifário exerceu pressão inflacionária sobre o setor de importados, e, em especial, sobre a mão de obra escrava. Esta chegou a custar o dobro do que na costa. Os conselhos municipais também detinham a responsabilidade de impor taxas à população. Entretanto, deveriam construir estradas, pontes, canalizações e fontes, enfrentando maiores custos de mão de obra e insumos em relação às municipalidades costeiras. Para compensar, estabeleceram-se pesadas taxas para emissão de licenças à tabernas, casas de abatimento e lojas. Além de contribuir para a inflação no local, as altas taxas estimularam o mercado negro de alimentos e manipulações de sua oferta como atividade lucrativa para produtores e intermediários (RUSSELL-WOOD, op. cit.).

Além das contribuições usuais, habitantes da região mineradora pagavam impostos extraordinários, decorrentes, por exemplo, de um terremoto que atingiu Lisboa, em 1755, de salários de oficiais nas casas da moeda, remuneração da cavalaria, construção de quartéis, palácios e residências de governadores, gastos com casamentos reais e defesa de ataques de corsários na costa brasileira. Por exemplo, quando o comandante francês Duguay-Trouin, saqueou a cidade do Rio de Janeiro, em 1711, e não encontrou suficiente dinheiro para cobrir os custos da sua expedição, ele demandou resgate da cidade ao governador. Diante da demora das tropas, decidiu-se por pagar aos invasores com o dinheiro arrecadado do quinto, barras de ouro retiradas da casa da moeda, e com a poupança dos cidadãos mais ricos (RUSSELL-WOOD, op.cit; BOXER op. cit.).

Segundo Abreu e Lago (1997), quando começou a declinar a produção de ouro, a receita advinda do quinto também caiu. De 100 arrobas na década de 1750, passou-se a obter apenas 86 arrobas a partir de 1760 e posteriormente, 68 arrobas entre 1774 e

1785. Surgiram atrasos na meta anual de 100 arrobas, estabelecida pela coroa.<sup>13</sup> Paralelamente, declinava a capacidade de importar bens estrangeiros ou de outras capitanias. Dessa forma, houve uma redução nas *entradas* (o imposto sobre bens e escravos que entravam nas capitanias mineiras), criando mais atrasos nas metas anuais. Para prevenir o contrabando de ouro, a coroa decidiu proibir sua fundição no Brasil, em 1766. Os atrasos nos impostos sobre a produção de ouro alcançavam já 538 arrobas no final da década de 1780. As municipalidades propuseram o mecanismo da *derrama*, ainda em 1750, como outro imposto de capitação à ser adicionado ao quinto para completar a meta anual de 100 arrobas. No entanto, nunca foi implementado pela Junta da Fazenda por entender que os atrasos se deviam à queda na produção de ouro. Ainda assim, em 1789 existia um temor generalizado por sua possível implementação. Pessoas influentes e coletores de impostos em atraso juntaram-se, para, em uma tentativa frustrada, conspirar contra a coroa, visando a separação entre Brasil e Portugal.

### 5.2.3. Período Imperial

Abreu e Lago (1997) notam que com a vinda da corte portuguesa, muitos dos encargos tributários da metrópole tiveram de ser transplantados para o Brasil. Juntam-se aos já existentes dízimo e quinto, a *sis*a, consistindo em 10% sobre as vendas de propriedades urbanas, a *meia-sis*a, de 5% sobre as vendas de escravos com profissão e *novos direitos*: 10% do salário de trabalhadores nos departamentos financeiros ou de justiça. Outros encargos incluíam imposto de carimbo, direitos de chancelaria e impostos portuários. Boa parte do aparato tributário herdado dos tempos coloniais foi mantido durante os primeiros anos do império independente apesar da extinção do dízimo, em 1821. O Erário Régio, criado em 1808, ainda era baseado nas instruções do Erário de Lisboa, estabelecidas em 1789, que só vieram a ser alteradas em 1829. As Juntas da Fazenda só foram suplantadas por Tesourarias da Fazenda em 1831. Os monopólios sobre a extração de pau-brasil e diamante se mantiveram até o segundo império. O quinto sobre o ouro continuou em vigência até a década de 1830. A organização das alfândegas também sinalizava continuidade com as práticas coloniais. Desde 1830, a arrecadação tributária se dava na forma de tarifas aduaneiras de importação e exportação, assim como na taxaçoão referente a faróis e ancoragem.

---

<sup>13</sup> 1 arroba = 12kg

Apesar das dificuldades impostas pela Inglaterra, a preferência por tarifas externas antes de internas se dava por mera ponderação de custos arrecadatários. Existia forte resistência política por parte dos agricultores contra impostos sobre a terra. A partir de 1840 permitiu-se taxar importados em mais de 15%, sem mudanças significativas até o fim do império. O peso dos encargos sobre a importação desde 1833 até o final do império representava cerca de 50% a 60% do total das receitas do governo, chegando alcançar 70% na década de 1850. Já o arrecadado sobre as exportações correspondia a 5% das receitas imperiais em 1830. Na década de 1850, tal cifra subiu rapidamente para 25% e logo após, se estabilizou entre 15 e 17% em boa parte do período imperial restante. Tarifas internas, por sua vez, respondiam por 25% das receitas na década de 1830, e, após uma queda em 1840 para 12%, voltaram a se estabilizar entre 22% e 29% até a proclamação da república.

Abreu e Bevilaqua (2000) expõem que o Brasil se configurava como monopolista na produção de café e que existia baixa elasticidade preço demanda deste no mercado internacional. Desta forma, as altas tarifas de importação vigentes na época se traduziam em maior preço internacional do produto sem maiores consequências para sua competitividade. Nesse sentido, não existia pressão por regimes tarifários mais brandos já que os maiores custos de produção podiam ser transferidos ao consumidor estrangeiro. Abreu e Lago (op.cit.) consideram que tais impostos sobre importados afetavam os setores exportadores que não pertenciam ao núcleo cafeeiro.

Taxação provincial respondia por 25% das receitas do governo entre 1840 e 1880. Apesar disso, muitas províncias se encontravam em insuficiência arrecadatória. O governo central não lhes outorgava autonomia fiscal pela reduzida quantidade de impostos provinciais que estavam previstos na constituição. Embora ilegal o imposto provincial sobre produtos importados, como especificado na constituição de 1824, inúmeros subterfúgios e alterações legislativas foram executadas em 1830 para tornar a prática generalizada. Algumas províncias, principalmente as do Nordeste, tiveram de recorrer também ao imposto sobre consumo, encarecendo ainda mais os produtos importados, por entender que impostos sobre exportação teriam impactos negativos na produção de açúcar e algodão, dado que não gozavam de competitividade internacional da mesma magnitude que a do café (ABREU; LAGO, op. cit.).

Para Abreu e Lago (op. cit.) fica claro que em geral havia uma convergência de interesses entre a classe política e os grandes proprietários. Estes sempre se opuseram à

taxação sobre a terra. De acordo com Neto (1992), a primeira tentativa de criar um imposto territorial rural remonta à 1822, mas a ideia não teve êxito no congresso. Vilarinho (1989) aponta que em 1843 e 1877 houveram novas tentativas sem apoio. Somente viria a ser estabelecido um imposto de 5% sobre as propriedades rurais e urbanas em 1879, que foi revogado mais tarde.

Ainda, segundo Abreu e Lago (op. cit.), durante o período imperial, o critério para alocação de gastos governamentais se baseava principalmente em conflitos militares da época. Teriam início nas hostilidades relativas à independência, na década de 1820, conjuntamente com a guerra da Cisplatina. Mais tarde, na década de 1830 e 1840, o governo teve de lidar com movimentos separatistas no Sul e Sudeste. Gastos militares com exército e marinha chegaram a representar 65% da despesa total em 1823 e em 1865-70 quando eclodiu a Guerra do Paraguai. Somente a partir de 1870, os gastos militares caíram abaixo de 20%. Os autores argumentam que, durante todo o Brasil Império, a destinação dos gastos em geral não coincidia geograficamente com o montante de receitas arrecadado nas diferentes províncias. A quantidade de recursos enviada pelo Nordeste ao governo central era muito superior às despesas destinadas às suas províncias.

Melo (1984), usando os cálculos do deputado Tavares Bastos, aponta que de 36,000 contos de réis arrecadados do Norte e Nordeste, apenas 1/3 disto era destinado à região como gastos gerais. Sobrando 24,000 contos para investir. Após deduzir despesas com ferrovias, juros e subsídios às empresas de transporte que atendiam as regiões, ainda sobriam 6,600 contos de hiato fiscal.

Abreu e Lago (op. cit.) concluem que, sem dúvida alguma, nos tempos imperiais, existiam transferências de recursos de certas províncias para outras: Enquanto o Norte-Nordeste do país enviava mais impostos do que lhe retornava como despesa governamental, o Sul, em geral deficitário, recebia mais do que lhe era extraído, na forma de gastos militares e de imigração. Com exceção da região cafeeira, a receita arrecadada das províncias do sul representava apenas 1/3 do total de gastos na região.

### 5.3. DISPONIBILIDADE DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E MERCADOS DE CAPITAIS

Como destacado anteriormente, direitos de propriedade estão fortemente associados ao grau de desenvolvimento financeiro de um país. O objetivo desta seção é analisar como uma consolidação de direitos de propriedade no Brasil influenciou o surgimento de um mercado de intermediação financeira. Primeiro estudam-se fatores como a provisão de liquidez desde o início da colônia até o começo da república. Em seguida analisa-se concomitantemente a influência de direitos de propriedade à pequenos investidores com a consolidação de um mercado financeiro, e a influência deste sobre o surgimento da indústria do Brasil.

#### 5.3.1 Provisão de Liquidez

Abreu e Lago (1997) expõem que, durante o século XVI, o Brasil sofria com limitada circulação de moedas metálicas. O sistema de crédito que operava no comércio entre a metrópole e os colonos baseava-se em letras de câmbio e a maioria dos pagamentos se efetuava em espécie, incluindo pensões e salários. O escambo era muito frequente. Ainda assim, houveram episódios em que os colonos foram prejudicados com desvalorizações de moedas metálicas advindas da metrópole. Em 1568, as moedas de cobre foram desvalorizadas. Em 1642 e 1663 houveram aumentos no valor nominal das moedas de prata em 20% e 25%, respectivamente. Em 1688, tanto as moedas de prata como as de ouro sofreram aumentos nominais de 20%. Houveram episódios de queixa dos colonos quanto a esses *levantamentos* pois alegavam que o valor de seus produtos não aumentava automaticamente. Apenas em 1694 surge a primeira casa da moeda na Bahia, com autorização para emitir moedas metálicas de circulação local, sujeitas à senhoria de 6,66% para cobrir custos de produção. Posteriormente, com a descoberta de jazidas de ouro no Brasil, foi possível aumentar significativamente a quantidade de moedas de ouro emitidas. Moedas voltaram a ser escassas no final do século XVIII e optou-se pelo uso de certificados emitidos pela Inspetoria Geral de Diamantes: *bilhetes de extração*. Na prática, foram usados como uma primeira forma de papel-moeda no Brasil, a ser complementados posteriormente pelos *bilhetes de permuta*. Houve um

momento em que o governo deixou de honrar tais compromissos, fazendo com que circulassem com desconto, culminando em perdas para seus detentores.

Com a vinda da família real para o Brasil, a moeda em circulação sofreu alterações no seu valor. O carimbo do *escudete* aplicado às moedas de cobre, em 1809, dobrou seu valor. O Tesouro de Portugal no Brasil adquiriu moedas de prata da América Espanhola à preço de 800 réis para depois colocá-las em circulação à 960 réis sem aumento de seu valor intrínseco. Os pesos espanhóis recunhados se introduziram amplamente nos países estrangeiros pois ofereciam ganhos de arbitragem ao trocá-los por moedas de ouro brasileiras. Estas terminaram por desaparecer do país. Ainda, quando o rei de Portugal, Dom João VI retornou à metrópole, os cofres do tesouro foram completamente esvaziados. (ABREU; LAGO, op. cit.; VIANA, 1922)

Entre 1822 e 1829, o Banco do Brasil continuou a emitir papel moeda como meio circulante da economia. Entretanto, em 1827, se viu na necessidade de emitir cédulas para o resgate de inúmeras moedas de cobre falsas em circulação na Bahia. Tal medida foi estendida às demais províncias em 1833, determinando que todas as moedas de cobre sejam trocadas por cédulas nas tesourarias locais. As moedas de Ceará e Pará, receberam carimbo que reduzia seu valor pela metade, e as do Maranhão, em quatro vezes, para prevenir sua saída. Em 1835, finalmente, todas as moedas deveriam ser apresentadas para o carimbo, e as falsas, destruídas. Ainda, as moedas de 80, 40 e 20 réis valeriam apenas a metade. Apesar do procedimento gradual, tal medida nunca foi completamente implementada, de maneira que as moedas velhas continuaram a circular em paralelo com as novas por décadas, dificultando a situação fiscal. O governo inicialmente se comprometeu a manter o peso e pureza das moedas de ouro. No entanto, o império se via incapaz de emitir metais preciosos para atender a demanda por dinheiro. Isso levou ao decreto de 1833, que estabeleceu um meio de circulação adicional, de notas emitidas pelo Tesouro à serem carimbadas na Inglaterra. Tal mecanismo configurou um monopólio de emissão de notas que foi utilizado entre 1835-38 e 1866-89. Outro mecanismo implementado foi uma depreciação do dinheiro metálico, entre 1833 e 1848. Estabeleceu-se o preço do ouro à 2,500 réis por oitava, enquanto o cruzado de prata teve seu preço fixado em 160 réis por oitava. No final da década de 1840, alteraram-se os preços para 4000 réis por oitava e 281,6 réis por oitava, respectivamente. Tal paridade manteve-se até 1889. (ABREU; LAGO, op. cit.)

Ainda, segundo Abreu e Lago (op. cit.), o Banco do Brasil, instrumento monetário do governo, que foi estabelecido com a vinda da família real, foi liquidado em 1829. O Tesouro passou a comandar a política monetária, mas como havia estado fortemente endividado ao Banco do Brasil, apenas pagou 90% à seus acionistas. Um segundo Banco do Brasil à ser lançado em 1833, nunca saiu do papel. Até 1850, não existiam bancos privados operando no território brasileiro. Começaram a surgir pequenos bancos nas províncias e no Rio de Janeiro. As plantações de café eram auxiliadas financeiramente por agentes comissários que operavam com compra e venda nos centros urbanos. Desta forma, a proporção de depósitos bancários em relação aos meios de pagamentos, aumentou de 10%, em 1850, para 60% em 1889. O Código Comercial de 1850 permitiu a fundação de empresas joint stock, estimulando a criação de bancos privados. Estes estavam autorizados a emitir papel moeda. Em 1853, o Banco do Brasil de Mauá & Co. foi transformado em um novo Banco do Brasil, controlado pelo governo e adquirindo monopólios sobre a emissão no Rio de Janeiro. Assim, a proporção de papel moeda em relação ao meio circulante alcançou 80% entre 1865 e 1866. Diante das crises de liquidez, a legislação a respeito da emissão de papel moeda é revista. Cortam-se os direitos de emissão de bancos privados, e o monopólio concedido ao Banco do Brasil é devolvido ao Tesouro, de maneira que passam a emitir-se títulos, ao em vez de notas. Além da influência de bancos estrangeiros no território nacional, como o monopólio de empréstimos dos Rotschild para o governo do Brasil e o estabelecimento de oficinas como o The London and Brazilian Bank, moedas de diversos países eram utilizadas em transações domésticas, entre 1850 e 1880. O governo chegou a estabelecer a taxa fixa de 1 *sovereign* por milréis.<sup>14</sup> A presença de moeda estrangeira aliviava a situação brasileira no sentido que incrementava a oferta de moeda com dinheiro amplamente reconhecido internacionalmente e economizava gastos com cunhagem. Os próprios imigrantes europeus nas plantações de café pediam para ser pagos em *sovereign*. Em 1889, o governo firmou um decreto autorizando o uso de *sovereigns* em todas as transações públicas e privadas. Desta maneira, as possibilidades de o governo imperial desvalorizar a moeda ou senhora-la eram limitadas.

Franco (1989) aponta que com a transição para o regime de trabalho assalariado e o contingente de imigrantes no final do regime imperial, multiplicou-se a necessidade por capital de giro na agricultura, elevando drasticamente a demanda por moeda na

---

<sup>14</sup> 1 *sovereign* = 1 libra esterlina

economia. Havia também, forte pressão sazonal sobre os bancos do Rio de Janeiro por adiantamentos, em função das safras. O sistema bancário, majoritariamente concentrado na capital, guardava cerca de 80% dos depósitos. Não obstante, em 1888, ainda havia 0,043 agência bancária para cada 10.000 habitantes. A capacidade dos bancos de emitir empréstimos era limitada pela relutância do público em reter moeda na forma de depósitos. O quadro veio a mudar com a posse de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda da República durante o período conhecido por *Encilhamento*. Sua principal medida de política econômica foi a lei bancária de 17 de janeiro de 1890. A legislação estabelecia um lastro composto de títulos da dívida pública para emissões bancárias, três regiões bancárias com seu próprio banco emissor, emissões inconvertíveis e limitou o total autorizado para 450.000 contos, o que representava o dobro de papel-moeda em circulação naquela data. Prevvia-se ainda que o banco emissor da região central, o Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB), deveria adquirir papel preponderante sobre o das outras regiões bancárias. O arranjo inicial não foi respeitado e por influência do até então presidente da república Campos Sales, criou-se mais uma região bancária e um novo banco emissor em São Paulo. Também foi concedido o direito de emitir notas inconvertíveis em até o dobro de 25.000 contos depositados ao Banco do Brasil (BB), Banco Nacional do Brasil (BNB) e ao BEUB. A expansão monetária aconteceu de maneira rápida e violenta, de maneira que em setembro de 1890, o papel-moeda emitido já havia crescido 40% em relação ao estoque de 17 de janeiro.

Já em outubro de 1890, o governo iniciou ações para frear o avanço da especulação sobre o crescimento da base monetária. Elevaram-se os depósitos mínimos para a constituição de novas sociedades e patrocinou-se a fusão do BEUB e BNB, formando o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB), com capital de 200.000 contos e poder de emitir até o triplo de seu valor. No governo de Floriano Peixoto, propôs-se um plano deflacionista. Estabeleceu-se um banco líder formado a partir dos bancos em má situação, culminando na fusão do BREUB com o BB formando o Banco da República do Brasil (BRB), com capital de 190.000 contos para emitir até o dobro em notas inconvertíveis. Decidiu-se também por apoiar as empresas industriais tidas como viáveis, ainda que geradas no processo do encilhamento. Não houve sucesso, já que a especulação da bolsa havia contaminado boa parte da carteira do BRB. No final de 1894, durante o governo de Prudente de Moraes e Rodrigues Alves na fazenda, negociou-se um empréstimo com os banqueiros brasileiros junto aos Rothschild para



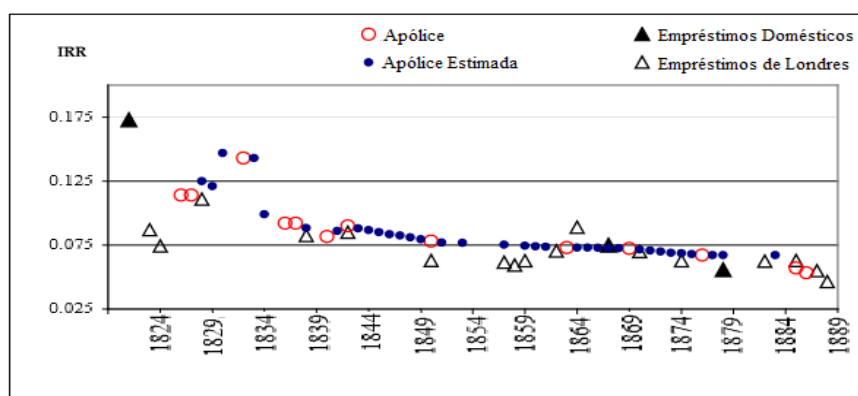
financiar as despesas do governo com o exterior. Após uma proposta de moratória, em 1898, e a relutância dos banqueiros de emprestar, é conseguido um acordo definitivo com a Casa Rotschild através do chamado *funding loan*: um plano de rolagem dos compromissos externos do governo em troca de medidas severas de controle fiscal e monetário. O programa foi capaz de apreciar o câmbio fazendo com que permanecesse em 11 pence por milréis durante sua execução (FRANCO, op. cit.).

De acordo com Fritsch (1989), a primeira década do século XX foi crucial para engendrar um ciclo de crescimento do produto de 4% ao ano, em média, desde 1908 à 1913. Durante o período houve uma retomada nas exportações de borracha e dos investimentos europeus no país. Foi necessário auxiliar os cafeicultores, já enfrentando grandes safras, aliviando as pressões de apreciação da taxa de câmbio, decorrentes das políticas do *funding loan* e do aumento de receita líquida de divisas em 1905. Para tal, criou-se a Caixa de Conversão, em 1906, com o poder de emitir notas conversíveis em ouro à uma taxa fixa de câmbio.

### 5.3.2. Mercado de Títulos da Dívida Pública Brasileira

Durante o Império, o Ministério de Finanças, além de se encarregar do pagamento de pensões e aposentadorias, era responsável pelo serviço da dívida interna e externa. O pagamento da dívida em proporção ao total de gastos representava cerca de 26,1%, em 1827, manteve-se em tendência decrescente ao longo do período imperial, chegando a seu mínimo de 9,2%, em 1865. Em seguida retomou uma trajetória ascendente, respondendo por 33,8% do total de gastos em 1888. A cotação de títulos da dívida brasileira estava intimamente ligada à como o mercado avaliava a condução da política econômica. Mulhall (1873) relata que a cotação de títulos brasileiros em Londres geralmente estava acima de seu valor nominal, dada a “próspera condição das finanças e comércio brasileiro”, fazendo que tais ativos tenham grande procura tanto na Inglaterra como no Brasil. Entre 1824 e 1875, em média, o retorno de títulos brasileiros variou anualmente entre 4% e 10,3%. O Brasil podia contar com amplo acesso ao mercado financeiro inglês, dado que a cotação de seus títulos se mantia sempre alta, mesmo em episódios de desequilíbrio econômico, como na década de 1880. (ABREU; LAGO, 1997)

Figura 8: Custo Inicial de Todos os Empréstimos 1822-1889



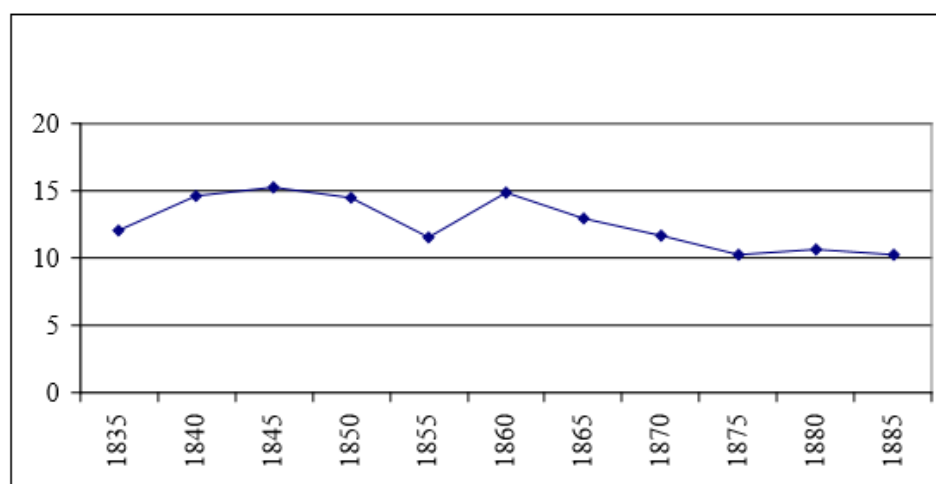
Fonte: Summerhill (2007)

De fato, como atesta Summerhill (2007), o governo imperial impunha severas penas à falta de comprometimento com honrar a dívida pública, especificado já na constituição de 1824. Entre as restrições impostas ao calote, destacava-se à impossibilidade de o Imperador unilateralmente pedir emprestado ou dar calote. Todos os assuntos referentes à dívida eram tratados no Parlamento. Adicionalmente havia alinhamento de interesses entre políticos com autoridade sobre a dívida pública e os detentores de títulos. Os políticos atuantes na Câmara de Deputados enfrentavam eleições a cada quatro anos, de maneira que sofreriam perdas eleitorais caso chegassem a propor calote. Ainda, a muitos detentores da dívida brasileira encontravam-se nas camadas mais poderosas da população, podendo retirar seu apoio ao governo imperial caso fossem contrariados. Tais fatores contribuíram para que a proposta do Gabinete Imperial de não pagar a dívida, em 1831, fosse derrotada na Câmara de Deputados por 59 votos contrários e 23 a favor. Na Figura 8 é possível observar o baixo custo do governo brasileiro de obter empréstimos após 1822, tanto na esfera doméstica como na internacional.

### 5.3.3. Consolidação do Mercado Financeiro no Brasil e Consequências para a Industrialização

Summerhill (2007) argumenta que apesar das baixos custos de empréstimo enfrentados pelo governo imperial, devido à sua boa reputação como pagador de dívidas, o desenvolvimento de um mercado financeiro privado foi severamente constringido durante boa parte do século XIX, de maneira que as taxas de juros de empréstimo privadas se mantinham elevadas, como pode ser visto na Figura 9.

Figura 9: Taxas de Juro para Empréstimos Privados, Rio de Janeiro, 1835-1885



Fonte: Summerhill (op. cit.)

Musacchio (2009) aponta três fatores explicando o tardio desenvolvimento dos mercados de títulos e ações no Brasil:

- Barreiras de entrada impedindo a criação de corporações até a década de 1870
- Não existia proteção à investidores até 1882

- c) A instabilidade macroeconômica durante boa parte do século XIX suprimiu o surgimento de unidades bancárias.

Haber e Klein (1997) argumentam que a indústria demorou para aflorar no Brasil pela escassez de bancos e mercados financeiros para financiar firmas manufatureiras e empreendimentos na área de transportes durante o século XIX; a falta destes impediu uma sólida integração entre os centros urbanos brasileiros e o interior do país, impedindo que empresas lucrem levando bens à regiões tão afastadas. A ausência de métodos de financiamento, como crédito de longo prazo, por sua vez, representou um enorme obstáculo para o desenvolvimento de redes ferroviárias. Os poucos bancos da época em operação, dedicavam suas atividades no segmento de apólices ou hipotecas para a agricultura.

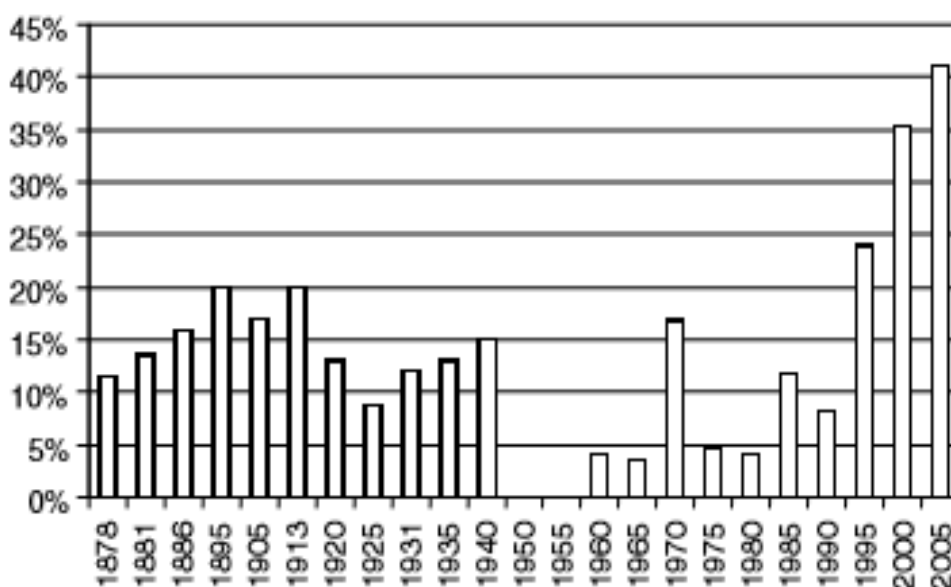
Em tal cenário, a maneira habitual de conseguir financiamento era por meio de relações interpessoais entre grupos influentes. Entre 1850 e 1885, por exemplo, somente uma empresa manufatureira era listada na Bolsa do Rio de Janeiro, e suas ações, negociadas apenas 3 vezes. O setor bancário era inexistente para fornecer crédito às firmas. Até 1888 o Brasil possuía 26 bancos, totalizado 145.000 contos de capital; metade dos depósitos se concentravam no Rio de Janeiro e somente 7 das 20 províncias do império possuíam bancos. (HABER,1991)

De acordo com Haber (op. cit.), uma variedade de inovações institucionais concernente à propriedade corporativa, setor bancário e financeiro, estiveram associadas à facilidade com que o setor têxtil dos Estados Unidos podia capitalizar-se nos centros financeiros. Em contraste, países como Brasil e México não puderam desfrutar de amplo acesso às bolsas até final do século XIX, de maneira que suas firmas cresciam de acordo com as habilidades gerenciais em estender círculos de influência entre empreendedores ricos, para obter financiamento e barrar competidores. O autor afirma que a falta de um mercado de capitais devidamente consolidado em países latinoamericanos explica diferenças de concentração industrial na época, sendo esta muito menor nos Estados Unidos.

Sumerhill (op. cit.) observa que o Brasil carecia de qualquer legislação sobre incorporação de firmas antes do código comercial de 1850. Ainda assim, com o novo arranjo legislativo, era preciso pedir votação no parlamento para formar sociedades anônimas. O governo reprimia subterfúgios como a emissão de participações. A partir

de 1860 com a Lei dos Entraves, o Conselho de Estado do Imperador passou a ter parte da delegação sobre a concessão do caráter de responsabilidade limitada às firmas, como forma de estabelecer barreiras à formação de sociedades anônimas. O autor ainda destaca, como pode ser observado na Tabela 6, que havia relativa liberdade para incorporação de firmas entre 1850 e 1860, tomando como base a variação positiva de capital obtido por equidade negociado na Bolsa do Rio de Janeiro, enquanto que na década de 60, não houveram mudanças significativas. Em 1882, novas legislações tornaram possível que o capital negociado na bolsa praticamente dobre entre 1880 e 1885. Com as políticas do encilhamento, manteve-se em ritmo acelerado o crescimento das capitalizações em bolsa até a Primeira Guerra Mundial, como pode ser observado na Figura 10.

Figura 10: Capitalização de Equidade na Bolsa em Relação ao PIB no Brasil (1878-2005)



Fonte: Musacchio (2009)

Tabela 6: Capital Doméstico Obtido por Equidade Negociado na Bolsa do Rio de Janeiro (1851-1888)

<b>Ano</b>	<b>Capital Doméstico de Equidade</b>	<b>Capital Doméstico Deflacionado</b>
1851	3840000	6134185
1855	39925000	47643198
1860	86691916	78454223
1865	81117164	77254442
1870	71390337	64606640
1875	162191740	148255704
1880	143877251	132240120
1885	251704160	250202942
1888	250202942	256972128

Fonte: Summerhill (op. cit.)

Segundo Haber (op. cit.), as políticas do encilhamento tiveram importante relevância no que tange acesso ao crédito, com a expansão bancária e sua liberdade de engajar em qualquer transação. O período também cedeu incentivos à negociação de títulos na margem, ou seja, permitiu-se o empréstimo de dinheiro para compra de ativos. De 13 bancos listados na bolsa do Rio de Janeiro em 1888, passaram a existir 29 já em 1894. Apesar da reversão cíclica que seguiu do encilhamento, com o fechamento de vários bancos frente a medidas restritivas, inúmeros empréstimos foram concedidos no momento de prosperidade e muitas das recém criadas companhias industriais se mantiveram mesmo após o período recessivo. Em 1914, cerca de 28% de todas as empresas têxteis no Brasil eram listadas na bolsa de valores. No momento em que a intermediação financeira começou a se fazer presente na América Latina, a concentração industrial começou a declinar. Até 1930, era possível verificar um ritmo de convergência entre a estrutura do setor têxtil brasileiro com o americano, enquanto o mexicano permaneceu constante. O autor argumenta que reformas nas leis regulando o mercado financeiro do México não afloraram durante a ditadura de Porfirio Diaz, entre 1877 e 1911. Tal fato pode ser verificado na Tabela 7.

Tabela 7: Porcentagem de mercado controlada pelas 4 maiores firmas têxteis no Brasil, EUA, e México (1840-1930)

<b>Década</b>	<b>EUA</b>	<b>Brasil</b>	<b>México</b>	<b>México/EUA</b>	<b>Brasil/EUA</b>
1840			.324		
1850	.100		.416	4.16	
1860	.126		.484	3.84	
1870	.107	.766	.394	3.68	7.16
1880	.087	.357			4.10
1890	.077		.274	3.56	
1900	.070	.224	.282	4.03	3.20
1910	.075	.168	.287	3.83	2.24
1920	.066	.151	.293	4.44	2.29
1930	.095	.161	.261	2.75	1.70

Fonte: Haber (1991)

De acordo com Musacchio (op. cit.), o crescimento dos mercados financeiros após 1882 está associado à proteção concedida à pequenos investidores contra abusos administrativos de investidores com maiores parcelas de participação nas companhias. A segurança era providenciada ao permitir que acionistas minoritários votem nos assuntos das empresas, reduzindo o poder dos acionistas maiores. Tais direitos estavam previstos tanto nos estatutos de companhia como na legislação nacional. Esta, por exemplo, determinava a obrigatoriedade de as empresas tornarem públicas suas operações financeiras de maneira ampla e transparente. Eram aplicadas severas penalidade à fraudes durante as ofertas públicas iniciais na bolsa.

Musacchio (2008) atribui papel fundamental às políticas governamentais de garantias de dividendos e direitos de voto dos acionistas como indutores de investimento nas corporações brasileiras da época. As garantias governamentais podiam ser cedidas como uma soma de dividendos mínima paga diretamente aos proprietários de ações em empresas ferroviárias, bancos e utilidades públicas. Os investidores também podiam ser beneficiados com isenções de tributos e encargos. Adicionalmente, o Estado monitorava e punia atividades irresponsáveis, de alto risco, encabeçadas por administradores e fundadores. Tais ofertas do governo ajudavam a reduzir a incerteza de investir no país. Boa parte das corporações brasileiras especificava em seu estatuto o direito ao voto para pequenos acionistas. Antes de 1932, não existiam ações sem direito à voto no Brasil. Cerca de um terço das companhias estabelecia votos máximos por

acionista e muitas outras adotavam esquemas graduais de voto para restringir o poder decisório das maiores participações. Em 1909, na média, corporações brasileiras estabeleciam que um investidor proprietário de 5 a 10 ações já podia comparecer às votações das empresas. 20% delas emitiam participações do tipo uma ação, um voto.

Ainda, em Musacchio (2008), tomou-se uma amostra das maiores corporações brasileiras entre 1890 e 1940 e encontrou-se uma relação inversa entre concentração na propriedade das empresas e proteção à direitos dos investidores prevista nos estatutos de companhia. No trabalho, o grupo de empresas que não limitava o número de votos por acionista, proporcionava aos três maiores donos de participações cerca de 56% do total de votos, apresentando um Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) de 0,24. Tal valor sugere que a distribuição da propriedade poderia ser igualitariamente distribuída entre quatro acionistas. Em contraste, o grupo de empresas que limitava o número de votos proporcionava aos três maiores acionistas, o controle de apenas 36% dos votos, apresentando um IHH de 0,07, de maneira que cada empresa poderia ser subdividida igualmente entre 14 proprietários de ações. Resultados similares foram encontrados para garantias governamentais e esquemas graduais de votação.

Segundo Musacchio (2009), o mercado de debêntures, seguindo a mesma lógica, iniciou sua ascendência com as reformas passadas por Rui Barbosa na recém instaurada república. Entre elas:

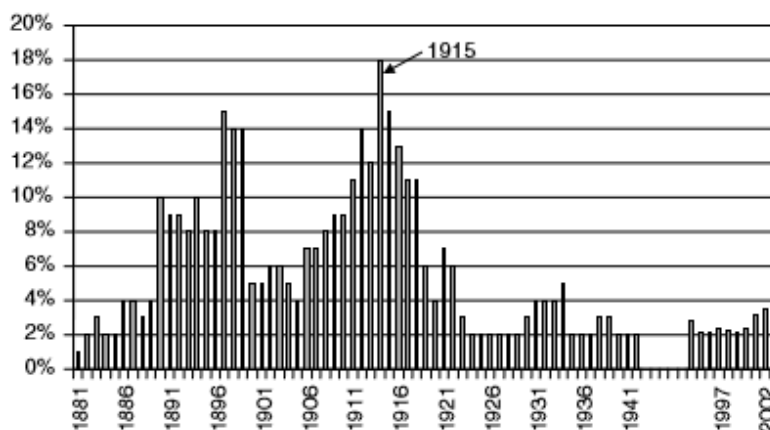
- a) Prioridade aos detentores de títulos em caso de falência,
- b) Redução de um quinto para um décimo do capital total à ser oferecido como capital inicial para registro de corporações
- c) Permissão para que empresas concessionárias ou engajadas em serviços públicos emitam debêntures à um total acima do valor de seu capital
- d) Expansão da base monetária, com a criação das regiões bancárias

É possível observar, na Figura 11, a ascensão do mercado de debêntures a partir das reformas de 1882 e 1890-1891. Musacchio (op. cit.) detalha que a queda na virada do século está associada à reversão cíclica pós-encilhamento. A nova ascensão até o pico em 1915, está alinhada ao período em que o Brasil adotou o padrão ouro. A queda que segue é decorrente do descontrole inflacionário e declínio da movimentação financeira nos países credores após a Primeira Guerra Mundial. O autor ainda destaca



que desde 1915 até o presente dia de hoje, o Brasil não voltou a ter a mesma capitalização de debêntures em relação ao PIB.

Figura 11: Capitalização de Debêntures em relação ao PIB do Brasil (1886-2002)



Fonte: Musacchio (op. cit.)

Musacchio (op. cit.) aponta que após a Primeira Guerra Mundial, as empresas brasileiras encontraram forte dificuldade em se capitalizar, devido ao atrofimento do fluxo de capital internacional e os choques inflacionários que erodiam a rentabilidade dos ativos. As companhias então tiveram que voltar sua atenção à obter crédito junto aos bancos e ao governo para financiar suas operações. O papel do estado se tornou mais ativo em proteger setores estratégicos com leis de falência. O desenvolvimento do mercado financeiro no Brasil foi comprometido durante o governo de Getúlio Vargas com uma nova legislação, de 1945, que suplantava as antigas medidas de proteção à credores. Na prática, a medida tornava o processo de falência mais demorado, reduzindo a expectativa de retorno aos credores assegurados a quase zero, pelo cenário inflacionário.

Em 1932, são introduzidas ações sem direito ao voto, tornando mais fácil a grandes acionistas tomar controle das empresas. Em 1940, eliminaram-se os esquemas de votação gradual. Com o advento do nacionalismo, o governo também passou a deter participações nas grandes companhias, em troca de ajudar corporações em falência. Aos poucos, as companhias brasileiras passaram a ser controladas por *grupos* familiares,

cujos membros detinham a maior parte da equidade com direito ao voto (MUSACCHIO, 2008).

Entre as motivações políticas para formar tais conglomerados, estava a necessidade de reafirmar controle sobre as companhias frente interesses trabalhistas, dado o aumento da participação de sindicatos no congresso, durante o período varguista. Outra vantagem de deter no espectro familiar a maioria das participações com poder decisório estava na possibilidade de realizar lobby junto ao governo, pela importância que as companhias controladas por grupos familiares representavam para o Estado. Tais corporações empregavam um enorme contingente de mão de obra e produziam bens estratégicos. Por outro lado, os conglomerados familiares também controlavam boa parte dos bancos cruciais para o financiamento das operações governamentais. As empresas podiam mais facilmente barganhar para obter acesso à capital, moeda estrangeira ou proteção tarifária contra competidores estrangeiros, alinhando seus interesses com a estratégia governamental da substituição de importações (MUSACCHIO, 2009).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou identificar em que medida a dotação de fatores do Brasil, baseada no clima, temperatura média, relevo, precipitação e presença de mão de obra nativa, influenciou a estratégia de colonização no território brasileiro levada a cabo no período da expansão européia. Buscou-se também encontrar como tal estratégia de colonização exerceu influência sobre o tipo de instituições desenvolvidas na época, no que tange à direitos de propriedade, e como estas se refletem, por sua vez, nas contemporâneas. Desta forma, foi possível avaliar o desempenho institucional do Brasil em relação ao mundo e identificar diferenças entre suas regiões.

Foi identificado um padrão de colonização no Brasil comum à maioria das ex-colônias européias de clima tropical, objetivando a exportação de produtos agrícolas, em larga escala, com plantações extensivas e mão de obra escrava africana. Consequentemente, as instituições criadas na época serviam especificamente para viabilizar tal tipo de economia, sem contemplar a maioria da população mas sim um subgrupo que se privilegiava do empreendimento colonial: a classe dos senhores de engenho e a coroa portuguesa.

A persistência de más instituições contribuiu para uma pobre proteção aos direitos de propriedade no Brasil. A falta de enforcement na concessão de sesmarias, permitiu que qualquer indivíduo se apossasse de terras no Brasil. Ainda, a necessidade de garantir a ocupação do território forçou à concessão de inúmeros privilégios aos colonizadores dispostos a estabelecer empresas açucareiras e construir engenhos. A sociedade colonial européia durante o período de hegemonia do açúcar era extremamente rica. Em pouco tempo, os senhores de engenho chegaram a dominar a câmara legislativa de Salvador, permitindo um poder político assimétrico em favor dos senhores de engenho e em detrimento do resto da população.

Posteriormente, no ciclo do ouro, havia menos polarização de grupos sociais pelo menor custo de entrada em tal tipo de economia. Era possível ao pequeno empreendedor trabalhar como faíscador e ascender até ser capaz de comprar datas de mineração. Não obstante, o Estado exercia pesada autoridade por meio de encargos fiscais e controle na circulação de mercadorias, para garantir o influxo da quinta parte de todo o ouro extraído na colônia aos cofres da coroa. O peso do governo português

representava um fardo para os habitantes da região mineradora que precisavam elaborar inúmeros subterfúgios para contrabandear ouro e fugir das obrigações tributárias.

Por sua vez, a falta de definição de direitos de propriedade durante o século XIX, com a abolição do sistema sesmarial e a incapacidade do império de aprovar um sistema substituto permitiu que posseiros continuassem tomando irregularmente boa parte da terra pública, contribuindo para a concentração de terras que daria origem ao latifúndio. A legislação imperial carecia de provisões para a formação de corporações do tipo sociedades anônimas e o aparato monetário foi incapaz de prover liquidez, impedindo desta forma, a consolidação de um mercado financeiro no Brasil. A falta de intermediação financeira retardou a industrialização brasileira em relação às economias hoje tidas como desenvolvidas.

Na Velha República, com a descentralização federativa e expansão do sufrágio, o poder político dos latifundiários se traduziu na ascensão do coronelismo. O poder dos coronéis era exercido na possibilidade de definir o destino das eleições, por meio de fraude, para perpetuar-se assim no comando das municipalidades. Ainda no período republicano, foi possível observar a emergência de um mercado financeiro no Brasil, graças às reformas de 1882 e às políticas do encilhamento. A possibilidade das firmas de utilizar meios impessoais de capitalização, assim como diversas provisões à pequenos acionistas, como o direito ao voto, permitiu uma queda na concentração de mercado da indústria têxtil e a ampla distribuição da propriedade de corporações entre 1890 e 1940.

Não obstante, tal cenário foi descontinuado com a Primeira Guerra mundial, quando houveram quedas nos fluxos internacionais de capital e o Brasil experimentou profundos choques inflacionários que corroíam a rentabilidade dos ativos financeiros. As empresas começaram a se capitalizar por meio de lobbys com o Estado para obter financiamento junto aos bancos públicos. Na era varguista, as provisões de direito ao voto foram alteradas e tornou-se mais fácil que grupos familiares e o governo concentrem a propriedade das companhias.

## 7. REFERENCIAS

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A, 2001. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. **National Bureau of Economic Research**. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w7771>. Acesso em 01/09/2017

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon, 2005. Unbundling institutions. **Journal of political Economy**, v.113, n.5, p. 949-995. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/432166>. Acesso em 13/06/2018

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A, 2013. **Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty**. Local: Crown Business

ABREU, Marcelo de P; BEVILAQUA, Afonso S. Brazil as an export economy, 1880–1930. In: CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José A; THORP, Rosemary, 2000. **An economic history of twentieth-century Latin America**. p. 32-54. Palgrave Macmillan, London. Disponível em: [www.economia.puc-rio.br/mpabreu/pdf/td363.pdf](http://www.economia.puc-rio.br/mpabreu/pdf/td363.pdf). Acesso em 30/04/2018

ABREU, Marcelo de P; LAGO, Luis AC, 1997. Property rights and the fiscal and financial systems in Brazil: colonial heritage and the imperial period. **Textos para Discussão**, n. 370. Departamento de Economia PUC-Rio. Disponível em: [www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/download/396](http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/download/396). Acesso em 20/04/2018

ANTONIL, André João, 1711. **Cultura e opulencia no Brasil, por suas drogas, e minas, com várias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar, & beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas; & descobrir as da Prata; E dos grandes emolumentos, que esta conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros generos, & Contractos Reaes**. Lisboa

AZZONI, Carlos. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. **Estudos Econômicos**. v. 27, n. 3, 1997, pp. 341-393. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/117196/114794>. Acesso em 08/10/2017

BANERJEE, Abhijit; IYER, Lakshmi, 2005. History, institutions, and economic performance: The legacy of colonial land tenure systems in India. **American economic review**, v.95, n.4, p.1190-1213. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/0002828054825574>. Acesso em 13/06/2018

BERKOWITZ, Daniel; CLAY, Karen, 2004. Initial Conditions, Institutional Dynamics and Economic Performance: Evidence from the American States. **William Davidson Institute Working Paper**, n. 615. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=485003](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=485003). Acesso em 13/06/2018

BOXER, Charles R, 1962. **The golden age of Brazil, 1695-1750: growing pains of a colonial society.** Berkeley. Disponível em: [https://archive.org/stream/bub\\_gb\\_IRRR7gaMZxMC/bub\\_gb\\_IRRR7gaMZxMC\\_djvu.t](https://archive.org/stream/bub_gb_IRRR7gaMZxMC/bub_gb_IRRR7gaMZxMC_djvu.txt)  
[xt](https://archive.org/stream/bub_gb_IRRR7gaMZxMC/bub_gb_IRRR7gaMZxMC_djvu.txt). Acesso em 10/05/2018

COSTA PINTO, L. A, 1943. **A estrutura da sociedade rural brasileira.** (Notas de estudo)

DEAN, Warren, 1971. Latifundia and land policy in nineteenth-century Brazil. **The Hispanic American Historical Review** Vol 51 No 4 p. 606-625. Duke University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2512053>. Acesso em 15/05/2018

DE ANDRADE MARCONI, Marina. LAKATOS, Eva Maria, 2007. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. Atlas.

EASTERLY, William; LEVINE, Ross, 2003. Tropics, germs, and crops: how endowments influence economic development. **Journal of monetary economics**, v.50, n.1, p. 3-39. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304393202002003>. Acesso em 13/06/2018

ELTIS, DAVID. 1997. The Slave Economies of the Caribbean: Structure, Performance, Evolution and Significance, In: **UNESCO General History of the Caribbean**, vol. 3

FERREIRA, Aurélio Buarque de H, 2004. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.

FLORY, Rae, 1978. **Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725.** Dissertação de Doutorado. The University of Texas, Austin

FRANCO, Gustavo H.B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de P; NETTO, Dionísio D.C, 1990. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Editora Campus.

FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República. In: ABREU, Marcelo de P; NETTO, Dionísio D.C, 1990. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Editora Campus.

FURTADO, Celso, 1959. **Formação econômica do Brasil.** Companhia Editora Nacional. 32ª Edição

F.W.O, Morton, 1978. The royal timber in late colonial Bahia. **The Hispanic American Historical Review.** Vol. 58. No 1: p. 41-61. Duke University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2513600>. Acesso em 23/04/2018

GEOCITIES. **O Clima Brasileiro.** Disponível em: [http://www.geocities.ws/neygeo/clima\\_brasileiro.html](http://www.geocities.ws/neygeo/clima_brasileiro.html). Acesso em 05/03/2018

GUTIERREZ, Hector, 1986. La Mortalite des Eveques Latino-Americains Aux Xvii e et Xviii e Siecles. In: **Annales de Démographie Historique**, pp. 29-39. Société de démographie historique. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44385702>. Acesso em 05/03/2018

HABER, Stephen, 1991. Industrial Concentration and the Capital Markets: A Comparative Study of Brazil, Mexico and the United States, 1830–1930. **Journal of Economic History**, v.51, p. 559 –580. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2122936>. Acesso em 13/06/2018

HABER, Stephen; KLEIN, Herbert S. The Economic Consequences of Brazilian Independence. In: HABER, Stephen, 1997. **How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800–1914**. Stanford University Press

HALL, Robert E; JONES, Charles I, 1999. Why do some countries produce so much more output per worker than others? **The quarterly journal of economics**, v.114, n.1, p. 83-116. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article-abstract/114/1/83/1921741>. Acesso em 13/06/2018

HERITAGE FOUNDATION, 2018. **Index of Economic Freedom**. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/>. Acesso em 13/06/2018

HERRLEIN JR, R, 2004. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1930. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo - RS, v. 21, p. 63-98. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s1a6.pdf>. Acesso em 01/09/2017

HISTÓRIA DE TUDO. **Capitanias Hereditárias**. Disponível em: <http://www.historiadetudo.com/capitanias-hereditarias>. Acesso em 23/05/2018

JIMENO, Camilo G, 2005. Colonial Institutions and Long-Run Economic Performance in Colombia: Is there Evidence of Persistence? **Documento Cede** 2005-59. ISSN 1657-7191 (Edición Electrónica). Universidad de los Andes. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/col/000089/002152.html>. Acesso em 13/06/2018

LA PORTA, Rafael, et al, 1997. Legal determinants of external finance. **Journal of finance**, p. 1131-1150. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2329518>. Acesso em 13/06/2018

LEAL, Victor N, 2012. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras

LEVINE, Ross, 2005. Law, endowments and property rights. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 3, p. 61-88. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4134973>. Acesso em 01/09/2017

LOVE, Joseph L, 1970. Political participation in Brazil, 1881-1969. **Luso-Brazilian Review**, v.7, n.2, p. 3-24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3512756>. Acesso em 13/06/2018

- McEVEDY, Colin; JONES, Richard, 1978. **Atlas of world population history**. Penguin Books Ltd, Harmondsworth, Middlesex, England. Disponível em: <http://www.arabgeographers.net/up/uploads/14299936761.pdf>. Acesso em 13/06/2018
- MELO E. Cabral de, 1984. **O Norte Agrário e o Império, Rio de Janeiro**, Nova Fronteira/INL
- MENEZES-FILHO, Naércio et al, 2006. **Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica**. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A070.pdf>. Acesso em 01/09/2017
- MULHALL, Michael G, 1873. **Rio Grande do Sul and its German colonies**. Longmans, Green. Disponível em: [http://archive.org/stream/cu31924020651869/cu31924020651869\\_djvu.txt](http://archive.org/stream/cu31924020651869/cu31924020651869_djvu.txt). Acesso em 07/05/2018
- MURILO CARDOSO. **Mapas de Altitude e Topografia do Brasil**. Disponível em: <http://murilocardoso.com/2012/03/05/mapas-mapa-altimetrico-do-brasil/>. Acesso em: 05/03/2018
- MUSACCHIO, Aldo, 2008. Laws versus contracts: shareholder protections and ownership concentration in Brazil, 1890–1950. **Business History Review**, v.82 n.3 p. 445-473. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007680500000143>. Acesso em 13/06/2018
- MUSACCHIO, Aldo, 2009. **Experiments in financial democracy: corporate governance and financial development in Brazil, 1882-1950**. Cambridge University Press.
- NARITOMI, Joana, 2007. **Herança Colonial, Instituições & Desenvolvimento: um estudo sobre a desigualdade entre os municípios brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510685\\_07\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510685_07_pretextual.pdf). Acesso em 13/06/2018
- NETO, Alfredo M, 1992. Imposto Territorial Rural (ITR): Algumas Considerações. **Indicadores Econômicos FEE**. Vol. 20 No.3 p. 185-199. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/721/969>. Acesso em 03/05/2018
- NORTH, Douglass C, 1991. Institutions. **Journal of economic perspectives**. v.5, n.1, p. 97-112. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.5.1.97>. Acesso em 13/06/2018
- PLATAFORMA SILB. **Sesmarias do Império Luso-Brasileiro**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: [www.silb.cchla.ufrn.br/](http://www.silb.cchla.ufrn.br/). Acesso em 24/05/2018



PRADO JR, Caio, 1978. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense 15

PRITCHETT, Lant, 1997. Divergence, big time. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 11, n. 3, p. 3-17. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2138181>. Acesso em: 01/09/2017

PRODANOV, Cleber Cristiano, DE FREITAS, Ernani Cesar, 2013. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico - 2ª Edição**. Editora Feevale.

RAMOS, Alberto G, 1961. **Crise do poder no Brasil**. Zahar.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. The Gold Cycle, c. 1690-1750, In BETHELL, Leslie, 1987. **Colonial Brazil**. Cambridge University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511609510>. Acesso em 13/05/2018

SCHWARTZ, Stuart B, 1985. **Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835**. Vol. 52. Cambridge University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511665271>. Acesso em 01/05/2018

SILVA, Mansuy-Diniz A. Imperial Re-organization 1750-1808, In BETHELL, Leslie, 1987. **Colonial Brazil**. Cambridge University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511609510>. Acesso em 03/05/2018

SIMONSEN, Roberto C, 1937. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Livraria do Senado Federal. Disponível em: <http://livraria.senado.leg.br/historia-economica-do-brasil.html>. Acesso em 05/03/2018

SOKOLOFF, Kenneth L. ENGERMAN, Stanley L, 2000. History lessons: Institutions, factors endowments, and paths of development in the new world. **The Journal of Economic Perspectives**, v.14, n.3, p. 217-232. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2646928>. Acesso em 01/09/2017

SUMMERHILL, William R, 2007. Sovereign credibility with financial underdevelopment: the case of nineteenth-century Brazil. **Palo Alto, Hoover Seminar on Collective Choice**, v.6. Disponível em: [https://www.hoover.org/sites/default/files/uploads/documents/Sovereign\\_Credibility.pdf](https://www.hoover.org/sites/default/files/uploads/documents/Sovereign_Credibility.pdf). Acesso em 13/06/2018

TRINER, Gail D, 2007. Property Rights, Family, and Business Partnership in Nineteenth-and Twentieth-Century Brazil: The Case of the St. John d'el Rey Mining Company, 1834–1960. **Enterprise & Society**, v.8, n.1, p. 35-67. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1467222700008776>. Acesso em: 13/06/2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas. **Meteorologia Sinótica: O Clima do Brasil**. Disponível em: <http://www.masterantiga.iag.usp.br/ensino/Sinotica/AULA04/AULA04.HTML>. Acesso em: 05/03/2018

VIANA, V, 1922. **Histórico da Formação Econômica do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. Disponível em:  
[https://archive.org/stream/historicodaforma00vian/historicodaforma00vian\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/historicodaforma00vian/historicodaforma00vian_djvu.txt).  
Acesso em 25/04/2018

VILARINHO, Carlyle O, 1989. **O imposto territorial rural (ITR) no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Unicamp. Disponível em:  
[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286318/1/Vilarinho\\_CarlyleRamosdeOliveira\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286318/1/Vilarinho_CarlyleRamosdeOliveira_M.pdf). Acesso em 03/05/2018

WORLDATLAS. **13 Original US Colonies - Map & Details**. Disponível em:  
<https://www.worldatlas.com/webimage/countrys/namerica/usstates/colonies.htm>.  
Acesso em 23/05/2018